

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO V – nº 33 – março e abril de 2011

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Novo relator do PL 6613, na Comissão de
Finanças da Câmara, é ex-dirigente nacional
da categoria do Judiciário. A mobilização,
contudo, ainda é imprescindível



GÊNERO Apesar da Lei Maria da Penha, agressões contra mulheres ainda são muito comuns

NACIONAL A caracterização do Estado brasileiro e o que podemos esperar da gestão pública no governo Dilma



FACULDADE INTERNACIONAL SIGNORELLI

Graduação


- ✓ Administração
- ✓ Pedagogia

Pós-graduação

- ✓ Direito ✓ Educação
- ✓ Gestão ✓ Medicina ✓ Saúde

Doutorado

- ✓ Direito ✓ Educação

Convênio com a Universidade
Federal de Cuyo - Mendoza / AR 

Cursos de Extensão *Online*

- ✓ Mídia e Educação
- ✓ Tecnologia da Informação e da Comunicação em EAD
- ✓ Letramento e Alfabetização
- ✓ Psicogênese da Leitura e Escrita
- ✓ Teorias Psicopedagógicas
- ✓ Psicologia do Desenvolvimento e a Aprendizagem
- ✓ Psicomotricidade
- ✓ Libras
- ✓ Condutas Típicas
- ✓ Cultura Afro Brasileira

- Administração Pública ✓
- Processo de Execução Civil ✓
- Teoria Geral do Processo ✓
- Processo Cautelar ✓
- Processo do Conhecimento Civil ✓
- Políticas Públicas ✓
- Gestão de Pessoas e do Conhecimento ✓
- Gestão Administrativa ✓
- Planejamento Estratégico ✓

Rua Araguaia, 3 - Freguesia
www.faculdadesignorelli.com.br

3312-3012

Movimento Sindical

Sisejufe abriga curso de formação da CUT, realizado pela primeira vez fora da Escola 7 de Outubro – de Minas Gerais.

Página 4



Imposto Sindical

Sisejufe aguarda envio de dados pela JF e conta bancária do TRF para a devolução de sua parcela aos servidores sindicalizados.

Página 5



Notas Sindicais

Servidores protestam contra congelamento salarial, previdência complementar e avaliação de desempenho.

Página 6

PCS

Assembleia elegeu delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe de 30 de abril.

Página 7



PCS

Movimento pró-subsídio parte para ataques pessoais.

Páginas 8, 9, 10 e 11

Núcleos

Senado aprova projeto que organiza a segurança dos juízes e concede porte de armas aos agentes de segurança.

Página 12



PCS

Deputado Roberto Policarpo é o novo relator do PL 6613 e categoria enxerga luz no fim do túnel. Mas diretor-presidente do Sisejufe alerta: sem mobilização contínua nada será conseguido.

Página 13



Justiça Federal

Sindicato se reúne com nova presidenta do TRF2 para tratar de horário de atendimento, remoções e PCS.

Páginas 14 e 15

Cidade

O repórter Max Leone mostra a situação do Complexo do Alemão cinco meses após a ocupação pelas forças de segurança do Estado.

Páginas 16 e 17



Rede Ecológica

Consumo consciente com ares de movimento social é o tema da reportagem de Tatiana Lima.

Páginas 18 e 19

Cultura

Ideias em Revista resgata quatro conversas do diretor-presidente do Sisejufe Roberto Ponciano com artistas da Portela. Os registros foram feitos antes da apresentação da Velha Guarda no 19º Botequim, em 10 de dezembro.

Páginas Centrais

Gênero

Tatiana Lima esteve na Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) de São Gonçalo e revela que violência contra a mulher ainda é muito comum. Leia também entrevista com a delegada Márcia Noeli.

Páginas 22, 23, 24 e 25

Teias de Idéias

De Fukushima ao Wisconsin: o talento da mídia antiga de só informar o que lhe é conveniente.

Páginas 26 e 27

Desaparecidos Políticos

O resgate da dignidade de Virgílio Gomes da Silva a partir do trabalho da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência.

Páginas 28 e 29

Internacional

Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá, de São Paulo, escrevem sobre a intervenção militar na Líbia e sobre o que está por trás da estratégia diversionista da Otan.

Páginas 30 e 31

Nacional

A engenheira Vera Miranda, assessora política do Sisejufe, descreve a estrutura do Estado brasileiro e o que se esperar do governo Dilma na área de gestão pública federal.

Páginas 32, 33 e 34

Memória

Brasil perdeu, em março, dois religiosos perseguidos pela repressão.

Página 35

Fulgêncio

Nosso colaborador sardônico, vira pelo avesso o exemplo do deputado Jair Bolsonaro e ri da cara dele, deixando de lado o politicamente correto.

Página 36

Saúde

Sindicato oferece os benefícios da milenar Medicina Tradicional Chinesa com o atendimento de fisioterapeuta. Saiba mais e marque sua consulta.

Página 37

Latuff

Nosso cartunista revela qual foi a primeira vítima no conflito na Líbia.

Página 38

Sisejufe abriga curso de formação da CUT

Foto: Henri Figueiredo



Tatiana Lima*

A Escola Sindical 7 de outubro, da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Sudeste), seguindo a política nacional de formação política, deu início na sexta-feira, 8 de abril, às 13h, no auditório do Sisejufe, a turma de 2011 do Curso de Formação de Formadores (FF), que terá três módulos. As aulas fazem parte do Projeto Político de Formação da CUT Nacional e prevê a formação de formadores para atuar no curso de Organização e Representação Sindical de Base (ORSB). Norteado pelos princípios cutistas da indelegabilidade e centralidade, o curso tem metodologia desenvolvida pela própria central. Compareceram 16 alunos, entre diretores de sindicatos filiados à CUT e trabalhadores da área de formação. O curso foi ministrado em conjunto, pelo formador da CUT Nacional, Beto Crispim, responsável para dar uniformidade no Rio à política nacional de formação da CUT, e o assessor de formação da CUT Rio, Helder Molina.

Para Beto Crispim, a realização do curso na capital fluminense é um dos aspectos positivos desta turma. "O fato do curso acontecer na Cidade do Rio de Janeiro

facilita a participação dos diretores sindicais que possuem agendas assoberbadas de compromissos. Precisamos ter formadores preparados para atender toda a demanda da entidade, pois a CUT não terceiriza sua formação. Este curso não é para formação pessoal, mas sim para formar formadores. O participante tem o compromisso, ao concluir, de ser um formador da rede da CUT", explica.

Para Helder Molina, o curso tem a missão de "construir um coletivo de formadores da entidade que possa atender não só as demandas que são reivindicações crescentes dos sindicatos filiados, como interiorizar a formação dos diretores e coordenadores sindicais". Só no Rio, a CUT precisa atender a pedidos de formação de dezenas de sindicatos filiados em seis regiões do estado.

A falta de formadores na CUT é uma preocupação do diretor de Formação do Rio e diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano. "Nossa realidade de liberação de dirigentes é complicada. Por isso, optamos por trazer o projeto da Escola 7 de Outubro para o Rio ao invés de levar os participantes para Minas Gerais. Formar estes 16 dirigentes é dar um salto incrível de qua-

Roberto Ponciano: "Nossa realidade de liberação de dirigentes é complicada. Por isso, optamos por trazer o projeto da Escola 7 de Outubro para o Rio ao invés de levar os participantes para Minas Gerais."

lidade na formação da CUT, porque hoje efetivamente só temos o Helder Molina atuante no coletivo com o curso de FF concluído. É um curso da Escola 7, mas realizado no Rio, isto só prestigia a autoridade da Escola 7 na formação Sudeste e auxilia a divulgar a escola", explica Ponciano.

Para Marcello Azevedo, secretário de Relações de Trabalho da CUT Rio, o Curso de Formação de Formadores representa uma oportunidade política de dar uma formação política clássica às novas gerações de dirigentes sindicais que tiveram um perda de referência ideológica com a queda do Muro de Berlim. "A nova geração não tem experiência prática de ascensão das lutas de trabalhadores. Foram formados no descenso do 'socialismo real'. Portanto, a partir do curso de formação de formadores essa nova geração terá a chance romper dois problemas: a falta de acúmulo de

experiências e a influência da formação que tiveram a partir da imposição do pensamento único, a partir do Consenso de Washington, e que se tornou hegemônico por intermédio de toda a mídia conservadora", refletiu Azevedo.

Para Azevedo há uma necessidade de formar novos quadros na entidade sob dois aspectos: enraizar a formação dos princípios cutistas no interior do Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, preencher o hiato existente na estrutura da entidade, que tem os principais dirigentes e formadores em cargos políticos no atual governo.

O primeiro módulo do Curso de Formação de Formadores foi concluído em 9 de abril. A segunda fase será realizada nos dias 13 e 14 de maio. O terceiro módulo acontecerá em junho.

*Da Redação.

Sisejufe aguarda envio de dados pela JF e conta bancária do TRF para a devolução de sua parcela

Como o sindicato divulga exaustivamente há vários anos, em todos os nossos veículos impressos de comunicação e em nossa página na internet, a entidade é contrária à cobrança compulsória do imposto sindical. Juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), defendemos a proposta de se acabar com o imposto sindical obrigatório – que seria substituído por uma contribuição negociada com os trabalhadores de cada sindicato

Para esclarecer novamente, a contribuição sindical está prevista nos artigos 578 a 591 da CLT. Possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de março de cada ano. O artigo 8º, IV, *in fine*, da Constituição da República prescreve o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, independentemente de serem ou não associados a um sindicato.

Nesse ano de 2011, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) conseguiu derubar a liminar que tínhamos, e a cobrança do imposto sindical, que corresponde à remuneração de um dia de trabalho, descontado no mês de março, foi feita de todos(as) os(as) servidores(as).

Deste modo, o Sisejufe se habilitou a receber a parte que lhe cabe deste imposto, para evitar que a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil fique com os recursos que seriam destinados ao sindicato. Desta for-

ma, possibilita que a direção do Sisejufe devolva aos servidores sindicalizados a parte do imposto dirigida à entidade.

De acordo com a lei, a distribuição é feita da seguinte maneira: 60% para os sindicatos; 15% para as federações; 5% para confederações; 10% para centrais; e 10% para o governo.

O Sisejufe solicitou no mês de março aos Setores de Pagamentos do TRF e JF a listagem dos servidores sindicalizados, com o valor do desconto, e número de agência e conta bancária atualizada, para que pudéssemos depositar a devolução do valor recebido pelo sindicato, ou seja, 60% do que foi descontado.

O TRF achou mais adequado que o sindicato depositasse a parcela que lhe foi repassada do imposto sindical em sua conta bancária para, posteriormente, esses valores serem devolvidos aos sindicalizados por meio de uma folha de pagamento suplementar. O sindicato informa a todos que assim que receber os dados bancários que o TRF2 vai disponi-

bilizar para esse fim, fará o depósito imediatamente.

Com relação à Justiça Federal, o combinado foi que seria repassado ao Sisejufe a listagem completa dos servidores sindicalizados, valor do desconto, número da conta, agência e CPF, para que o sindicato fizesse o depósito de cada um. Foi inclusive repassado informação aos servidores por correio eletrônico dando o prazo de 8 de abril para que se pronunciassem os que não quisessem seus dados informados ao sindicato. Ocorre que segundo o Setor de Pagamentos da JF, houve um problema no sistema e ainda não foi possível gerar a listagem. Assim que o Sisejufe receber a lista com todos os dados mencionados acima, efetuará os depósitos nas respectivas contas dos servidores sindicalizados.

Diante disto, informamos que o Sisejufe já está com o recurso disponibilizado para ser repassado aos servidores sindicalizados, e só não o fizemos ainda, por não termos obtido os dados acima descritos.



SISEJUFE

Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araujo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Omelas de Araújo Goes Liría, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilo Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda. **ASSESSORIA DE NÚCLEOS:** Bianca Lessa

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – Tatiana Lima **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Vera Miranda, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Servidores protestam contra congelamento salarial, previdência complementar e avaliação de desempenho

Leonor Costa*

Servidores de várias categorias do funcionalismo público federal se reuniram, mais uma vez, em Brasília, para reforçar a luta em torno da pauta de reivindicações da campanha salarial, lançada em fevereiro deste ano. O ato unificado, realizado na quarta-feira, 13 de abril, contou com a participação de aproximadamente 15 mil servidores, vindos de vários estados do país, inclusive representantes do Sisejufe. Eles protestaram contra congelamento salarial, previdência complementar, avaliação de desempenho e privatização dos serviços públicos, cujos projetos com esse teor tramitam no Congresso Nacional.

Debaixo de um sol forte, os servidores se concentraram, por volta das 14h, em frente ao Palá-

cio do Planalto, com faixas, cartazes e apitos. De lá, eles saíram em caminhada por toda a Esplanada dos Ministérios em direção ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De cima de um carro de som, dirigentes de três centrais sindicais (CUT, CTB e CSP/Conlutas) e das entidades nacionais do funcionalismo público conduziram o ato, reforçando a pauta de reivindicações, contrária a qualquer proposta que retire direito dos trabalhadores.

O representante da CUT Nacional Paulo Henrique destacou a importância da manifestação, que mostrou mais uma vez a disposição dos servidores em se manterem unidos contra os projetos que atacam seus direitos e contra a política de corte no orçamento da presidenta Dilma Rousseff. “Mais uma vez

neste ano os servidores vieram mostrar ao governo sua disposição de luta. Precisamos manter essa unidade, porque a política em andamento é de breçar qualquer investimento no serviço público”, disse o dirigente da CUT, afirmando a necessidade de garantir o apoio da sociedade para essa luta.

Para o coordenador-geral da Fenajufe Zé Oliveira (Sintrajufers), que falou no ato em nome da federação, o cenário de dificuldades aponta, cada vez mais, para importância de todos os setores do funcionalismo se manterem unidos para avançar na pauta de reivindicações. “Esperamos que essa audiência com a ministra Mirian Belchior não fique só no hoje, mas que avance para o estabelecimento de um canal efetivo de diálogo que garanta a definição

de uma política para o funcionalismo”, afirmou Zé, se referindo à audiência das entidades sindicais com a ministra do Planejamento, realizada na tarde de 12 de abril.

O coordenador-geral da Fenajufe reforçou os discursos dos colegas que o antecederam, ressaltando a unidade e a organização dos servidores como as prioridades no momento. “Precisamos continuar com nossa unidade para barrar as políticas do governo federal que atacam diretamente os nossos interesses. É importante avançarmos cada vez na nossa organização para que nossas reivindicações sejam atendidas”, reforçou Zé Oliveira.

*Imprensa da Fenajufe.

Sisejufe pede redução da jornada de trabalho dos médicos para adequação legal

O sindicato protocolou requerimento administrativo no Tribunal Regional Federal da 2ª Região e na Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro pedindo o cumprimento da jornada legal de 20 horas semanais dos médicos.

Há legislação específica que sustenta os pedidos da entidade, mas vários órgãos do Poder Judiciário da União não respeitaram a previsão direcionada aos

profissionais da saúde, afirmando que a jornada regulamentada para os servidores deve ser uniforme e relacionada aos atos administrativos dos tribunais.

Ocorre que as leis de regência de algumas profissões, a exemplo de médicos e assistentes sociais, impõem jornadas diferenciadas, o que constitui objeto do requerimento feito pelo Sisejufe para seus filiados. [Departamento Jurídico]

Sindicato protocola requerimento contra cobrança para consignação de mensalidade sindical

Com amparo na Lei 8.112/1990, o Sisejufe protocolou requerimento administrativo, pedindo o afastamento do custo por consignação da mensalidade sindical da folha dos servidores, cobrada mensalmente do sindicato, em compensação dos valores dos quais é credor. A medida arbitrária não encontra previsão legal, mas é aplicada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio

de Janeiro, o que gera prejuízo financeiro a entidade e ofende a liberdade de representação sindical garantida pela Constituição da República de 1988. Juntamente com o pedido de abstenção do desconto, o sindicato requereu a devolução dos valores descontados nos últimos anos. O processo recebeu o número de protocolo 51.141/2011. [Departamento Jurídico]

Assembleia elege delegados para a Fenajufe

Fotos: Max Leone



Max Leone*

Os servidores do Judiciário Federal do Rio foram representados por uma bancada composta por dez delegados e um suplente, na Reunião Ampliada da Fenajufe que aconteceu no sábado, dia 30 de abril, em Brasília. Reunidos no começo da tarde de terça-feira, 26 de abril, em frente à Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), na Avenida Rio Branco, funcionários e diretores do Sisejufe escolheram a delegação do estado que defendeu na federação os interesses da categoria fluminense. Um dos pontos tratados na Ampliada foi a definição da data da greve nacional que o funcionalismo deverá decretar para pressionar a aprovação do PL 6.613/2009 – o indicativo era de iniciar o movimento paretista em 3 de maio.



Valter Nogueira Alves: dirigente sindical deu informes sobre o andamento do PL 6613 e sobre a luta nacional pelo novo PCS

Os delegados foram eleitos por meio de chapa única e por unanimidade. São eles: Vera Lúcia Pinheiro, Leandro Adena Amorim, Gilbert Azevedo, Adriana Nunes da Silva, Djalma Gonçalves Dias, Maria Cristina Paiva, João Cunha, Roberto Ponciano, Ronaldo das Virgens e Wanderston Leão Alves. Além deles, tam-

bém foi eleito um suplente: Iuri Barbosa Matos Peixoto.

A assembleia da tarde de 26 de abril fez parte do calendário de mobilizações elaborado pelo Sisejufe para que a categoria aglutine forças. As atividades cumpriram deliberação da última Reunião Ampliada da Fenajufe, de 19 de março. O sindic-

to realizou ainda cinco assembleias (JF da Rio Branco, TRE, TRF, rua do Acre, JF da Venezuela e TRT Lavradio), que avaliaram a mobilização e também discutiram as duas emendas apresentadas ao PL 6.613 – uma pelo deputado Roberto Policarpo (PT-DF) e a outra pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que também foi o autor da emenda do subsídio.

Em todas as assembleias a categoria reafirmou a luta pela aprovação do PL 6.613, como também rechaçou a emenda do deputado Reginaldo Lopes – que cria a Gratificação por Desempenho (GDI), além de retirar direitos dos servidores, alguns deles previstos no Regime Jurídico Único (RJU).

*Da Redação.

Negociações entre Judiciário e Executivo para aprovar PCS4 já começaram

Em conversa com a assessoria política do Sisejufe, na manhã de 18 de abril, acerca das movimentações em torno da aprovação do PL 6.613/2009, também chamado de PCS4, o secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira de Oliveira, informou que a retomada do processo de negociação para aprovação do mesmo está acontecendo conforme esperado para depois dos 100 pri-

meiros dias do governo Dilma.

De acordo com Amarildo, dentro do STF e entre os presidentes dos tribunais superiores, a receptividade da proposta de revisão salarial é boa. De acordo com o secretário de RH do Supremo, a sinalização do governo para a retomada do processo negocial foi confirmada com uma reunião com o Ministério do Planejamento (ou com a Casa Civil) que ocor-

reria entre 26 a 29 de abril.

As sinalizações do Congresso são bem positivas, aguardando apenas o desfecho da negociação entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, não existindo a possibilidade do PL ser vetado pela presidenta Dilma Rousseff – o que ela teria manifestado pessoalmente em audiência com o presidente do STF, Cezar Peluso. O secretário informou que o STF tem como posição a reto-

mada da discussão da carreira da categoria judiciária e a expectativa de que esse processo de discussão será retomado logo de imediato, por ser de interesse dos dirigentes do Poder Judiciário e também da categoria e de suas representações.

Da Redação,
com informações da
Assessoria Política do Sisejufe.

Movimento pró-subsídio parte para ataques pessoais

Henri Figueiredo*

No dia 13 de abril, a comissão pró-subsídio divulgou em sua página na internet, como “carta aberta” ao secretário de Recursos Humanos do Supremo Tribunal Federal, Amarildo Vieira de Oliveira, à guisa de defesa do subsídio, um texto apócrifo repleto de insinuações, juízos de valor, despreço pela organização sindical e ataques de cunho pessoal contra um servidor de carreira do Supremo. No primeiro momento da publicação, antes de servidores do Judiciário Federal de todo o País reagirem por *e-mail* ao ataque a Amarildo, podia-se ler a seguinte nota (seguida de uma recomendação) na página da comissão: “A CPS recebeu de seus apoiadores o texto abaixo, encaminhado ao Secretário de RH do STF e a várias autoridades envolvidas no processo de negociação do PCS 4. Sugerimos, portanto, que todos os servidores que apóiam (*sic*) o Movimento Pró-Subsídio também encaminhem o texto, preferencialmente por meio de e-mail institucional, aos correios eletrônicos listados a seguir. Basta copiá-los e colá-los na barra de remetentes de sua ferramenta de e-mail. Não se esqueça, por fim, de assinar o texto”.

O curioso é que pedem para encaminhar para diversas autoridades da equipe econômica do governo federal, da Câmara, CNJ e tribunais superiores um texto apócrifo, solicitando que cada um “assine” ao final. No dia seguinte, 14 de abril, o secretário de RH do Supremo, divulgou sua resposta à referida “carta aberta” do movimento pró-subsídio.

Vale lembrar que, em 16 de setembro de 2010, o Sisejufe promoveu o “Debate sobre formas de remuneração para o Ju-

diciário Federal: PL 6.613/2009 ou Subsídio”, com a apresentação de uma painelistas especializadas em gestão pública e com os debatedores pró e contra o regime de subsídio – este último foi Amarildo Vieira de Oliveira, que gentilmente atendeu o pedido do sindicato e veio de Brasília para defender o PL 6613. Desde então, Amarildo tem se tornado o alvo preferencial dos defensores do subsídio – o que redundou na divulgação, em 13 de abril, dessa “carta aberta” da comissão. No mesmo dia, o Sindjus-DF enviou nota a ministros do Judiciário em que pediu o fim à perseguição dos servidores antigos – postura também defendida pelo Sisejufe, que lembrou que o grupo que defende o subsídio foi vencido no debate em todas as instâncias deliberativas legais da categoria.

O diretor-presidente do Sisejufe publicou na página do sindicato nota de solidariedade a Amarildo no dia 15 de abril. “Condenamos as práticas antisindicaís da comissão pró-subsídio, que vem expondo ao escárnio trabalhadores antigos, honrados, e suas funções; e que vem atrasando nosso PL 6613 e alimentando a mídia conservadora com notícias contra os servidores públicos”, anotou Roberto Ponciano.

Diante da situação, Ideias em Revista decidiu publicar a íntegra da resposta do secretário de RH do Supremo, Amarildo Vieira de Oliveira – que configura uma verdadeira aula sobre as diferenças de modelo remuneratório em questão e sobre o sentido ético e de espírito público que deve(ria) nortear o trabalho de um servidor do Judiciário Federal.

*Da Redação.

“Dizer que o subsídio valoriza a carreira é um raciocínio simplista. De fato, os Poderes Executivo e Legislativo reestruturaram suas carreiras recentemente, mas a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União não aderiram ao subsídio. Por que será? Agem eles contra os seus servidores? Acredito que não. Muitos não sabem, mas servidores de algumas das carreiras do Poder Executivo estão extremamente insatisfeitos com o modelo do subsídio.”

Resposta à carta aberta do movimento pró-subsídio

Prezado(a) Senhor(a),

Não o(a) conheço e não temos qualquer tipo de relação. Assustou-me o tom agressivo e as insinuações que são feitas a meu respeito na dita “carta aberta” a mim dirigida. Sei que a discussão do PCS é um tema que desperta paixões, com posições antagônicas e com defesas de pontos de vista por vezes exasperadas e fora do tom.

O fato de haver contribuído para a campanha do deputado Policarpo não depõe contra minha pessoa, nem me retira a isenção. Ao contrário. Muito antes de ser um servidor do Poder Judiciário, no qual ingressei há quase 19 anos, sou um cidadão e um eleitor. Não devo satisfação a quem quer que seja a respeito de minhas preferências eleitorais, como,

aliás, me garante a Constituição Federal.

Foi omitido o valor de minha contribuição para a campanha do deputado, embora o fato tenha sido utilizado de forma leviana com o intuito de me atingir. Contribuí com a campanha do Policarpo ao participar de jantar de adesão, com valor simbólico de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) que, pelo visto, foi declarado por ele à Justiça Eleitoral, como determina a legislação. Refuto tal nível de patrulhamento.

Se Vossa Senhoria não sabe, a Comissão Interdisciplinar constituída pelo ministro Gilmar Mendes para apresentar sugestões para a revisão do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário concluiu seus trabalhos com a apresentação da



AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA: secretário de RH do Supremo participou de debate do Sisejufe, em 16 de setembro de 2010

minuta de Projeto de Lei apresentada ao Presidente do Supremo, dos Tribunais Superiores e Conselhos, e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Esclareço que os trabalhos foram desenvolvidos de forma democrática, técnica e impessoal, com dedicação de todos os integrantes na análise e no estudo das propostas e sugestões apresentadas pelos diversos órgãos e entidades ali representados.

Encerradas essas atividades, a Comissão apresentou os fundamentos da minuta do projeto de lei ao Senhor Diretor-Geral do STF e aos dirigentes dos demais órgãos e entidades envolvidos, para apreciação. Após as últimas considerações, a minuta, por deliberação unânime dos ministros do STF – Sessão Administrativa de 2/12/2009 – foi encaminhada ao Congresso Nacional.

Quanto à expressão contida na referida Carta “Vossa Senhoria deveria estar incumbido da defesa da carreira e comprometido com a melhor distribuição dos recursos orçamentários”, esclareço que o Projeto de Lei nº 6.613/2009 encaminhado ao Congresso Nacional busca valorizar ainda mais as carreiras judiciárias, com observância dos limites orçamentários estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Oportuno registrar que, quando solicitado, tenho atuado nas questões do PCS, em colaboração com os Diretores e Secretários-gerais e de acordo com as diretrizes traçadas pelo Presidente do Supremo.

Vossa Senhoria está equivocada ao afirmar que auxiliei o deputado Policarpo na elaboração de emenda ao PL nº 6.613/2009. Eu, na verdade, apenas fui comunicado pelo deputado de que ele apresentaria uma emenda ao referido PL, usando das prerrogativas que detém na qualidade de parlamentar. Conhecedor de suas pretensões, alertei o deputado das consequências do valor estimado da proposta.

Além do mais, não compete a ninguém emitir juízo de valor quanto a fatos da minha vida privada.

Informo-lhe que tive a oportunidade de ser convidado e participei de alguns debates promovidos pela categoria, onde expus os aspectos negativos de uma eventual implantação de subsídio para as carreiras judiciárias. Ademais, no ano passado, muito depois do encerramento dos trabalhos da Comissão Interdisciplinar, recebi uma comitiva de servidores que defendia o subsídio e nosso contato foi respeitoso, embora nossas posições fossem antagônicas.

“Já falei publicamente que as tabelas da emenda do subsídio são um engodo. A comissão pró-subsídio confunde a categoria e traz no seu discurso algumas contradições”

Dizer que o subsídio valoriza a carreira é um raciocínio simplista. De fato, os Poderes Executivo e Legislativo reestruturaram suas carreiras recentemente, mas a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União não aderiram ao subsídio. Por que será? Agem eles contra os seus servidores? Acredito que não. Muitos não sabem, mas servidores de algumas das carreiras do Poder Executivo estão extremamente insatisfeitos com o modelo do subsídio.

Diante do fato de já haver atuado em praticamente todos os planos de carreira anteriores e de ter coordenado a elaboração dos dois últimos projetos, posso afirmar que não existem soluções fáceis para os problemas enfrentados pelas carreiras judiciárias. Não me parece que a implantação do regime do subsídio seja a melhor alternativa.

Aliás, referida proposta, apresentada pelos representantes das entidades de classe (Sindjus-DF e Fenajufe) na Comissão Interdisciplinar, como sendo um reclamo de parcela da categoria, foi analisada e rechaçada pela maioria dos membros da Comissão. Ademais, nos dois últimos planos recebemos todos aqueles que defendiam interesses específicos. Em nenhum momento o grupo que apóia o subsídio nos procurou para defender seus interesses.

Equivoca-se, novamente, Vossa Senhoria, quando afirma que a proposta de tabela defendida pelo ministro Gilmar Mendes, então Presidente do STF, foi abandonada por pressão de Roberto Policarpo, à época coordenador-geral do Sindjus-DF. A referida proposta, apresentada pela Comissão e acolhida unanimemente pelos Presidentes dos Tribunais, previa uma redução

Amarildo Vieira de Oliveira: “O movimento se contradiz ao levantar a bandeira de valorização da carreira quando, no bojo de suas propostas, atrela as remunerações dos servidores do Poder Judiciário a uma tabela do Poder Executivo (Plano de Classificação de Cargos – PCC). (...) Uma de nossas maiores conquistas foi justamente a tabela própria, a partir de 1996”



obrigatória do número de funções comissionadas em todo o Poder Judiciário, cuja economia resultante seria dada como contrapartida para a elevação significativa das tabelas remuneratórias. Todavia, o desdobramento das negociações resultou na apresentação de nova proposta, a qual foi encaminhada ao Congresso Nacional.

A menção ao grupo que apoia o subsídio, em torno de 11 mil servidores, conforme Vossa Senhoria afirma, embora seja um número expressivo, não representa a maioria da categoria, que seria prejudicada no caso de uma eventual implantação daquela sistemática remuneratória. Nossa categoria é composta por aproximadamente 110 mil servidores.

Equívoca-se Vossa Senhoria, mais uma vez, quando faz parecer crer que eu atuo em defesa de interesses pessoais. Apenas procedi em conformidade com as atribuições a mim conferidas, como representante do STF. Ademais, ressalto que os interesses dos servidores das carreiras judiciárias foram considerados em todas as fases de elaboração do referido PL por todos os membros da Comissão.

Vossa Senhoria fala em sua missiva de uma pretensa tentativa de “iludir os servidores”. Não

consigo imaginar expressão mais apropriada para definir a atuação e as propostas da comissão pró-subsídio. Já falei publicamente que as tabelas da emenda do subsídio são um engodo. A comissão pró-subsídio confunde a categoria e traz no seu discurso algumas contradições.

Acompanhei a Comitativa de Representantes do Poder Judiciário na reunião ocorrida no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, na qual o Secretário-Executivo daquela pasta, falando em nome do então ministro Paulo Bernardo, fez a seguinte proposta:

a) Conversão da tabela do cargo de Analista Judiciário, constante do PL nº 6.613/2009, em subsídio, para implantação em 4 (quatro) anos;

b) Concessão, para os ocupantes do cargo de Analista Judiciário, da diferença entre a nossa tabela e a do ciclo de gestão, em mais 2 (dois) anos;

c) Adoção da tabela salarial do ciclo de gestão para o cargo de Técnico Judiciário, cujo valor no último padrão é de R\$ 8.449,13, sob o argumento de que aquele proposto no PL era inaceitável; e

d) Ausência de proposta para o cargo de Auxiliar Judiciário, porque os valores apresentados no PL foram considerados elevados.

Em face do relato acima, carecem de respostas as seguintes perguntas:

a) Quem garantiu que, se acolhida a proposta de subsídio, a implantação ocorreria em única parcela?

b) Quem assegurou que a tabela de nível médio seria aquela que é exclusiva dos servidores da Receita Federal?

c) O que dizer da tabela do cargo de Auxiliar Judiciário, sobre a qual os representantes do Poder Executivo sequer cogitavam negociar algum reajuste?

O movimento se contradiz ao levantar a bandeira de valorização da carreira quando, no bojo de suas propostas, atrela as remunerações dos servidores do Poder Judiciário a uma tabela do Poder Executivo (Plano de Classificação de Cargos – PCC). Talvez Vossa Senhoria não saiba, mas uma de nossas maiores conquistas foi justamente a tabela própria, a partir de 1996.

Por outro viés, Vossa Senhoria assevera que a melhor proposta foi a apresentada na gestão do ministro Gilmar Mendes. Os motivos pelos quais essa proposta não obteve êxito já foram explicitados em parágrafos anteriores, mas, já que a comissão pró-subsídio a considera a melhor dentre outras, porque, então não a defende? Por que, ao

invés disso, propugna pela aplicação de um sistema remuneratório controverso, que trará prejuízos para uma parcela significativa da categoria e foi rechaçado por todas as carreiras do Legislativo?

A quem serve o movimento pró-subsídio?

O movimento ataca sistematicamente os servidores que possuem VPNI e estão posicionados no final de carreira (aproximadamente 56 mil, entre ativos, inativos e instituidores de pensão), os Agentes de Segurança, a quem chama de “motoristas” (em torno de 3 mil servidores), e os Oficiais de Justiça (pouco mais de 6 mil servidores).

Muitos destes servidores iniciaram as carreiras no Poder Judiciário quando as remunerações eram indigentes. Vários deles chegavam a receber complementação do salário mínimo. Portanto, é inadmissível que servidores que não conhecem a história de lutas da categoria pelas conquistas de melhores condições de trabalho e remuneração, e que hoje desfrutam dessas vitórias, pautem suas ações com desprezo contra aqueles que construíram ao longo dos anos suas carreiras com dedicação ao Poder Judiciário da União.

Como Vossa Senhoria pode me acusar de trabalhar secretamente se a Comissão pró-subsídio trata diretamente com o Ministério do Planejamento sem dar qualquer ciência à cúpula do Poder Judiciário? Qual a legitimidade dessa Comissão?

É curioso constatar que dentre os destinatários da malfadada “carta aberta” estejam membros da equipe econômica do Governo... Quem conhece ou participou das conquistas anteriores sabe que o maior obstáculo a ser superado na busca por melhores remunerações é a resistência do Poder Executivo.

A proposta defendida pelo movimento pró-subsídio é nefasta. A título de exemplo, cito apenas aquela destinada aos Oficiais de Justiça. Substituir a GAE – parte integrante de remuneração do cargo – por funções comissionadas de natureza não gerencial é um flagrante retrocesso, pois implicará redução de proventos quando da aposentadoria.

Embora não me caiba fazer a defesa do deputado Roberto Policarpo, questiono se a emenda por ele apresentada, conforme afirmado por Vossa Senhoria, representa um “ataque indireto ao ministro Gilmar Mendes”, como classificar as outras duas emendas ao PL articuladas pelos membros do movimento pró-subsídio e que também contrariam a proposta original?

Quanto à indagação de que se eu e o Diretor-Geral já havíamos informado ao ministro Peluso sobre eventual superação do teto por servidores que receberiam mais do que os ministros do Supremo, informo que não o fizemos por ser desnecessária. Neste ponto, é inverídica a afirmação de que milhares de servidores vão receber salários superiores aos subsídios dos ministros do Supremo, pois se tal ocorrer, serão eles submetidos ao abate-teto, conforme determina a Constituição Federal e as Resoluções nº 13 e nº 14, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

“O movimento pró-subsídio ataca sistematicamente os servidores que possuem VPNI e estão posicionados no final de carreira (aproximadamente 56 mil, entre ativos, inativos e instituidores de pensão), os Agentes de Segurança, a quem chama de “motoristas” (em torno de 3 mil servidores), e os Oficiais de Justiça (pouco mais de 6 mil servidores). Muitos destes servidores iniciaram as carreiras no Poder Judiciário quando as remunerações eram indigentes. Vários deles chegavam a receber complementação do salário mínimo. Portanto, é inadmissível que servidores que não conhecem a história de lutas da categoria pelas conquistas de melhores condições de trabalho e remuneração, e que hoje desfrutam dessas vitórias, pautem suas ações com desprezo contra aqueles que construíram ao longo dos anos suas carreiras com dedicação ao Poder Judiciário da União.”

Ainda, deve ser dito que, no âmbito de todos os Poderes da União, existem servidores cujas remunerações alcançaram o teto constitucional. Aliás, essa limitação existe justamente para cortar excessos remuneratórios, verificáveis em todas as categorias de servidores públicos, algumas das quais, remuneradas por subsídio.

Isso não quer dizer, entretanto que as tabelas remuneratórias das carreiras a que pertencem não mereçam revisão, até porque, mesmo antigos, há servidores que sequer tem remuneração aproximada à do teto.

Se a remuneração das carreiras dos servidores do Poder Judiciário não pudesse ser revis-

ta por conta de servidores que sofrem abate-teto, não teriam os Poderes Executivo e Legislativo reestruturado suas carreiras como se verificou nos últimos anos. E não se diga que essas reestruturas somente ocorreram com o modelo do subsídio, até porque, mesmo nessa modalidade, o abate-teto deve ser aplicado.

Portanto, nem são aos milhares os servidores que sofrem ou sofrerão o corte remuneratório nem é o subsídio que os impedirá de ter a retenção constitucional.

Muito me admira que Vossa Senhoria questione minha isenção, moralidade e observância do interesse público, se a comis-

são pró-subsídio incita em sua página a utilização de e-mail corporativo para promover manifestação de despreço contra servidor, em flagrante infração ao inciso V do artigo 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Saliento, ademais, que minha trajetória profissional foi construída no serviço público, especialmente no Supremo Tribunal Federal, onde me orgulho de trabalhar com dedicação integral. Portanto, não admito que servidores que se intitulam como pertencentes a um grupo que faz do Poder Judiciário “um mero ritual de passagem para as melhores carreiras do Executivo” maculem a minha imagem pessoal e profissional com ilações e ameaças.

Por fim, como cidadão, amparado na cláusula pétrea da Constituição Federal referente aos direitos e garantias fundamentais, devo esclarecer-lhe que, salvo nas hipóteses previstas em lei, a ninguém foi dado o direito de violar minha vida privada, e no gozo dos meus direitos políticos, sou livre para seguir qualquer orientação político-partidária, incluindo aí, a faculdade de fazer doações a partido ou candidato de minha preferência.

Finalmente, na qualidade de servidor(a) Vossa Senhoria pode e deve exercer o direito de reivindicar o melhor para si e para os que defendem a referida proposta, mas sem macular, ferir e atingir a imagem pessoal e profissional de quem quer que seja, ainda mais de servidor que atua nos estritos limites de sua competência institucional. Agindo sem respeitar o direito alheio, Vossa Senhoria nunca receberá o aval e a legitimidade que almeja de seus pares.

Brasília (DF)
14 de abril de 2011.

Amarildo Vieira de Oliveira,
secretário de Recursos
Humanos do Supremo
Tribunal Federal.

Senado aprova projeto que organiza a segurança dos juízes e concede porte de armas aos agentes de segurança

O plenário do Senado Federal aprovou na quarta-feira, 27 de abril, em primeiro turno, o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 3/10, que autoriza a formação de um colegiado de magistrados para decidir sobre atos processuais que envolvam organizações criminosas e trata do porte de armas e do poder de polícia dos agentes de segurança. A medida permite que um juiz forme o colegiado

para deliberar sobre atos – como, por exemplo, decretação de prisão, sentença, concessão de liberdade condicional ou de liberdade provisória e transferência de preso –, sempre que o crime em questão tenha sido cometido por organizações criminosas.

O substitutivo, de autoria do senador Aloísio Mercadante (PT-SP), já tinha sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e agora será

votado novamente pelos senadores.

O PLC 3/10 também autoriza os tribunais a reforçar a segurança dos prédios da Justiça. Estão permitidos o controle de acesso dos visitantes, instalação de câmeras de vigilância e de detectores de metais nas dependências dos prédios.

Ainda para reforçar a segurança dos magistrados, servidores e jurisdicionados, o projeto altera o artigo 6º do

Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003) para autorizar o porte de arma de fogo aos agentes de segurança do Poder Judiciário e do Ministério Público. A proteção pessoal das autoridades judiciárias e de seus familiares, no entanto, continua a cargo das forças policiais do Estado.

Da Fenajufe, com informações da Agência Senado

Ano Internacional para Afrodescendentes

No dia 21 de março foi lançada a Campanha do Ano Internacional dos Afrodescendentes – que se tornou um marco no fortalecimento da atuação do Estado brasileiro pela garantia de igualdade de oportunidades à população negra, onde tivemos ainda nesta ocasião, a entrega do Selo Educação para a Igualdade Racial. A data escolhida para realização da atividade coincide com a comemora-

ção do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, em alusão ao massacre de Sharpeville, que vitimou dezenas de manifestantes que protestavam contra a Lei do Passe, na África do Sul, em 1960. A data foi instituída por resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), que também declarou 2011 como Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes.

Dia da Mulher Trabalhadora

Sisejufe apoia atividades da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT Rio

No último 8 de março, o Bloco Maria Vem com as Outras saiu na Lapa, em comemoração ao Dia Internacional

da Mulher. O Sisejufe esteve presente e também colaborou com a confecção de uma faixa para o caminhão de som, que foi seguido por dezenas de mulheres que se divertiam com marchinhas feministas de carnaval.

Selo da Educação

Lançado em 2010, o Selo da Educação para a Igualdade Racial irá premiar as primeiras experiências exitosas de escolas e secretarias de Educação que implementaram a Lei nº 10.639/2003. O projeto tem como objetivo contribuir para a construção, em sala de aula, de conhecimentos que valorizem o patrimônio histórico e cultural dos povos negros no Brasil e na África. E que apontem para a riqueza da diversidade cultural do país, fortalecendo, com isto, a identidade nacional.

O Selo de Educação é uma parceria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com a Secretaria de Educação Con-

tinuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (Secad), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Destinado a escolas, secretarias municipais e estaduais de educação, o selo contempla iniciativas exitosas na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conforme prevê a Lei 10.639.

Deputado Roberto Policarpo é o novo relator do PL 6613

Foto: Joana Darc de Almeida/Fenajufe

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputado Cláudio Puty (PT-PA), designou na quarta-feira, 27 de abril, o deputado Roberto Policarpo (PT-DF) para ser o novo relator do PL 6613/09, que revisa o Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Judiciário Federal. O parlamentar assume a atribuição, deixada recentemente pelo deputado Ricardo Berzoini (PT-SP).

Policarpo, que até o ano passado foi coordenador do Sindjus-DF e da Fenajufe, considera que está diante de um grande desafio, mas afirma que o aceitou com tranquilidade. “A relatoria pode ser mais um espaço de luta para que a negociação entre o Judiciário e o Executivo se efetive. Sei que não será uma tarefa fácil, mas a experiência que adquiri na conquista dos dois planos anteriores me deixa em melhor condição de relatar o projeto”, disse, segundo matéria publicada no site do Sindjus-DF.

A confirmação de Policarpo como novo relator do PL 6613 foi bem recebida pelo movimento sindical que representa os servidores do Judiciário Federal. Para o diretor-presidente do Sisejufe Roberto Ponciano, o fato de Policarpo ter sido por muito tempo coordenador-geral da Fenajufe deve levá-lo naturalmente a uma posição de defesa da categoria na hora de apresentar o relatório sobre o projeto. Segundo Ponciano, a expectativa é de que o deputado mantenha o compromisso com o PL original – mesmo ele já tendo apresentado uma emenda alternativa.

Outro ponto destacado pelo diretor do Sisejufe é que, com Policarpo na relatoria, as emendas do subsídio e a que cria a



Novo relator: Policarpo, à esquerda, em reunião com Zé Oliveira (de azul), um dos atuais coordenadores-gerais da Fenajufe

Gratificação por Desempenho (GDI), que retiram direitos dos servidores, alguns deles previstos no Regime Jurídico Único, não deverão ser acolhidas, garantindo as condições previstas no projeto original do PCS.

“A indicação do deputado Policarpo é positiva, mas não podemos esmorecer. Temos que continuar com nossa mobilização para garantir a tramitação e aprovação do PL 6613”, afirma Ponciano.

Assessora do Sisejufe tem audiência no STF

Em reunião com o secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira de Oliveira, na manhã de sexta, 29 de abril, a assessora política do Sisejufe Vera Miranda conversou sobre as movimentações ocorridas em torno do PL 6613, mais especificamente sobre a mudança de relatoria, que pode sinalizar um afunilamento no processo negocial.

Na avaliação da assessoria do Sisejufe, o processo de construção da mudança do relator tem um grande impacto porque sai

um deputado reconhecido pela experiência em conduzir negociações polêmicas (onde a possibilidade de veto era alta) e entra um parlamentar recém-eleito e identificado com o projeto – já que é oriundo da categoria. Há, então, bons motivos para se acreditar que o governo sinaliza para a aprovação do projeto, ainda que isso signifique algum tipo de modulação na versão original.

O secretário de RH do Supremo, concordou com a avaliação e argumentou que os contatos com o governo por parte do Poder Judiciário têm sido satisfatórios. De acordo com Amarildo Vieira de Oliveira, na primeira semana de maio acontecerá reunião entre representantes do Judiciário e do Executivo para dar andamento às negociações. Amarildo disse também que se houver necessidade de ajustes no PL 6613, ele está disposto a apresentar soluções de forma que a tramitação seja concluída com uma proposta que apresente ganhos para todos. De acordo com ele: “A audiência pública solicitada pelo deputado

Reginaldo Lopes, para discutir as emendas do Subsídio e a criação da GDI, não tem encontrado nenhuma ressonância entre os dirigentes do Poder Judiciário”. Amarildo argumentou que o Judiciário está fazendo todas as movimentações para acelerar a aprovação do reajuste salarial da categoria porque tem pressa de começar a discutir outros aspectos relevantes da carreira.

O informe dado pelo secretário de RH do Supremo de que o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, está disponível para a conversa sobre o PL 6613 é sinal importante do Executivo – tão importante quanto a troca de relatoria no Legislativo. A informação do gabinete do deputado Policarpo, por exemplo, é de que o convite para relatoria veio da presidência da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

*Da Redação, com informações da Fenajufe e da assessoria política do Sisejufe.

Sindicato se reúne com nova presidenta do TRF2 para tratar de horário de atendimento, remoções e PCS

O Sisejufe se reuniu na tarde de quarta-feira, 27 de abril, às 14h, com a nova presidenta do Tribunal Regional Federal (TRF) 2ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne. Na audiência, o sindicato tratou das questões da implementação do novo horário de atendimento externo determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na Resolução nº 88. Também foram abordadas na reunião a questão das remoções de servidores da Justiça Federal de 1ª Instância que estão requisitados para o tribunal e que optaram, de acordo com a Lei 11.416 e resolução conjunta do STF e tribunais superiores, por continuarem com a sua lotação atual. O sindicato também informou da mobilização da categoria para a aprovação do PL 6.613/2009 e da iminência de uma greve por tempo indeterminado ser decretada no mês de maio.

No ponto acerca do horário de atendimento, a presidenta se mostrou ciente das reivindicações do sindicato. A desembargadora federal tinha em mãos o jornal *Contraponto* que tratou exatamente desta questão. Ao abordar o tema, Maria Helena Cisne informou que embora tenha havido a determinação por parte do CNJ para o aumento do horário de atendimento em todas as unidades do tribunal, essa determinação não acarretou em aumento da jornada de trabalho. Tendo em vista que uma parcela dos servidores passou a trabalhar a partir das 9h, saindo às 17h; e de 12h às 19h – podendo o funcionário sair uma hora mais cedo se não fizer o horário de almoço.



Fotos: Tatiana Lima

A desembargadora federal Maria Helena Cisne se mostrou informada sobre a defasagem salarial da categoria e da grande evasão de servidores para outros órgãos que o rebaixamento dos vencimentos causam: “O CNJ precisa enfrentar o problema de rebaixamento do salário dos servidores do Judiciário que leva à evasão de profissionais para outras instituições”.

O representante de base Ronaldo Virgens explicou, ainda, à presidenta e ao juiz auxiliar da Presidência Carlos Guilherme Francovich Lugone, que na prática o novo horário acarreta queda na qualidade de atendimento aos jurisdicionados, pois abre faixas de horários em que poucos funcionários estão no setor. “Não tenho como atender o balcão e a três telefones. A verdade é que a qualidade vai diminuir”, ponderou Ronaldo.

Durante a reunião, o coordenador da Fenajufe e diretor

sindical Valter Nogueira Alves expôs à presidenta a insatisfação dos servidores com a determinação do CNJ, tendo em vista que esta não observa as particularidades de cada tribunal. Para o sindicato, o aumento do horário de atendimento externo na JF e nos tribunais deve ser precedido da recomposição do quadro de pessoal e a adoção de uma jornada de turnos contínuos de 6 horas de trabalho.

O dirigente sindical Valter Nogueira Alves reivindicou tam-

bém a implementação de dois turnos de 6 horas de trabalho, como acontece no Conselho da Justiça Federal (CJF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) – com um turno de trabalho começando às 8h e tendo fim às 14h; e com o outro turno iniciando às 13h e terminando às 19h. De acordo com a desembargadora, o estabelecimento dos horários não é de competência do TRF: “O CNJ determinou a ampliação do horário de atendimento e não cabe ao Regional questionar a determinação superior. A redução da carga horária só pode ser estabelecida novamente pelo CNJ. O que posso fazer e proponho é que o sindicato faça um requerimento administrativo da jornada de 6 horas – e me comprometo a levá-lo para a reunião do CJF”, afirmou Maria Helena Cisne. A próxima reunião do CJF acontece em 16 de maio, em Brasília.

Anteriormente, o Sisejufe divulgara em sua página na internet uma nota em que registra que a ampliação do acesso não significa objetivamente maior celeridade na conclusão dos processos, visto que os ritos burocráticos no fazer do Judiciário não vão desaparecer de todo. Para o sindicato, é preciso cuidar para que não se perca a efetividade e qualidade na prestação dos serviços judiciais, e isso passa pela modernização dos processos, mas não por uma simplória automatização dos procedimentos. “O Judiciário ainda é feito de pessoas que pesquisam, preparam feitos, que analisam os pleitos, verificam



jurisprudências, mas que também examinam as especificidades para garantir a qualidade e efetividade na realização dos direitos”, diz a nota.

Remoções também foram discutidas

O diretor sindical Valter Nogueira expôs para a presidenta a preocupação de vários servidores que são da Seção Judiciária e estão lotados no tribunal. Para o sindicato, com a Lei 11.416 e a portaria conjunta, esses servidores que estão no tribunal e fizeram a opção por continuarem com sua lotação atual têm direito de permanecer em suas atuais lotações. De acordo com a desembargadora federal Maria Helena Cisne, ela está ciente do problema: “Solicitei a elaboração de portaria que ainda não foi publicada”. Segundo ela, o tribunal tem se preocupado com os servidores: “Tem setores que precisam de mais pessoas e outros com inchaço, vamos realizar uma re-

manejamento, mas com cuidado e somente após estudo”.

Ao final da reunião, Valter Nogueira Alves informou sobre a mobilização dos servidores para aprovação do reajuste salarial através da aprovação do PL 6613 e um possível movimento grevista para o mês de maio. A desembargadora federal se mostrou informada sobre a defasagem salarial da categoria e da grande evasão de servidores para outros órgãos que o rebaixamento dos vencimentos causam. Maria Helena disse, ainda, que considera premente que o Judiciário Federal enfrente o problema da revisão salarial dos servidores.

Além do Sisejufe, a assistente social Márcia Barroso, do setor de Divisão de Assistência Médica Odontológico e Social (Dimed) também participou da reunião com a presidenta do TRF2. Ela expôs à desembargadora federal que o programa de combate ao estresse realizado no tribunal foi interrompido após o setor precisar ceder parte do es-

Para o sindicato, é preciso cuidar para que não se perca a efetividade e qualidade na prestação dos serviços judiciários. Isso passa pela modernização dos processos, mas não por uma simplória automatização dos procedimentos. O Judiciário ainda é feito de pessoas que pesquisam, preparam feitos, que analisam os pleitos, verificam jurisprudências, mas que também examinam as especificidades para garantir a qualidade e efetividade na realização dos direitos

paço, por determinação da Presidência ao setor de obras, para implementação da área de treinamento do tribunal. O programa prestava serviços de terapias fisioterápicas há mais de dez anos aos servidores a preços abaixo do mercado. Só no ano passado, foram realizados 3,5 mil atendimentos, segundo Márcia Barroso. A presidenta Maria Helena Cisne, acompanhada do chefe de gabinete da

presidência Osmanir Val Porto Moreno, esteve na Dimed às 18h, para verificar o problema de espaço do setor. Ela se disse surpresa com a informação do cancelamento do programa. Depois de visitar o setor, ela informou que pretende encontrar três salas para reativar o programa.

*Da Redação.

O Complexo do Alemão cinco meses após a ocupação

Fotos: Max Leone

Estado volta à região com suas forças de segurança, mas ainda faltam os serviços públicos para atender a população

Max Leone*

Passados cinco meses do início da ocupação pelas forças do Estado no Complexo do Alemão – a operação ocorreu em 28 de novembro de 2010 – dá para perceber um ambiente diferente na região. Moradores que antes conviviam com traficantes armados circulando livremente pelas ruas agora dividem espaço com tropas do Exército, blindados e um policiamento mais intenso. Não que isso represente um clima menos tenso no local. Nos olhos e nas expressões das pessoas ainda persiste um semblante de desconfiança, de indefinição e de apreensão com o futuro. A equipe de Ideias em Revista esteve, em 6 de abril, na comunidade de Nova Brasília, uma das 12 favelas do complexo, e constatou que, de fato, houve mudanças. Mas também detectou que ainda há muito a ser feito, principalmente no que diz respeito aos serviços públicos, como saúde, educação, transporte, entre outras pendências.

Mesmo havendo incertezas com o futuro, as oportunidades de melhoras também começam a aparecer, ainda que tímidas. Iniciativas no campo da economia solidária, por exemplo, são sementes que foram plantadas



Nova Brasília: cruzamento da estrada do Itararé com Joaquim de Queiroz, um dos acessos para o teleférico

e que poderão germinar para, mais lá na frente, crescer gerando frutos e chances para pequenos empreendedores locais que vivem na informalidade com seus negócios. Um dos projetos é o Rio Economia Solidária (Rio EcoSol), vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Solidário, que já cadastrou 51 empreendedores da Nova Brasília. O programa orçado em R\$ 8 milhões atenderá também as comunidades de Santa Marta, em Botafogo, e Cidade de Deus, todas ocupadas e com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) já instaladas. A área de Mangueiros e do Alemão também estão no projeto.

“Nosso objetivo inicial é o de identificar pequenos empreendedores para ajudá-los ofere-

cendo cursos de formação de cooperativas para potencializar o negócio deles”, explica Ricardo Gomes, coordenador do projeto Rio EcoSol.

O projeto de economia solidária tem data certa para terminar. Os trabalhos do grupo vão até setembro. Até lá, os esforços estão voltados para que os empreendedores se juntem para formar cooperativas e caminhem lado a lado fortalecidos. Do que já foi mapeado até agora, 60% deles atuam no ramo de alimentação. O Sebrae-RJ servirá de ponte para qualificação e legalização dos negócios. Bancos como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil têm linhas de microcrédito com juros de menos de 1%. A ideia é impulsionar as atividades e o comércio locais.

Além de incentivar a formali-

zação, o projeto Rio EcoSol também oferece a oportunidade de os participantes expor e vender sua produção. Atualmente, há uma loja destinada exclusivamente para os empreendedores comercializarem seus produtos no Centro Comercial da Alvorada. Está prevista também a realização da Feira da Economia Solidária nos dias 5 e 6 de maio. O grande desfecho será a construção de um shopping popular no Morro do Alemão. “A ideia é retirar o pessoal da Avenida Itaoca e levar para o shopping, que seria financiado pela Caixa e pelo BB”, explica Ricardo Gomes.

Vítima do gatonet, empreendedor dá a volta por cima

O morador Luciano Garcia, de 30 anos, vivenciou os dois momentos do complexo: antes e depois da ocupação. E ele ago-



Gomes: Rio EcoSol

Além de incentivar a formalização, o projeto Rio EcoSol também oferece a oportunidade de os participantes expor e vender sua produção. Atualmente, há uma loja destinada exclusivamente para os empreendedores comercializarem seus produtos no Centro Comercial da Alvorada. Está prevista também a realização da Feira da Economia Solidária nos dias 5 e 6 de maio



Garcia: dando a volta por cima

ra aproveita a nova oportunidade que surgiu com a pacificação. Dono de uma pequena empresa, a Itainfo, representante da provedora de serviços de internet Edatel, Luciano oferece serviços de internet banda larga, ocupando o espaço deixado pelos serviços ilegais. Nascido e criado na Nova Brasília, começou trabalhando como *office boy*. Em seguida, montou uma locadora de vídeos que sofria concorrência desleal. A firma teve bom desempenho nos primeiros meses, mas logo foi engolida pelo “gatonet”, o serviço clandestino de TV a cabo. Fez curso de cabeleireiro e abriu um salão, antes de oferecer os serviços de internet banda larga.

“O gatonet, até a pacificação da comunidade, custava entre R\$ 30 e R\$ 40. A este preço, se oferecia todos os canais de filmes e dos grandes estúdios internacionais abertos. Isso inviabilizou o meu negócio”, lembra.

Mas com a entrada das forças do Estado, Luciano vislumbrou a oportunidade de abrir a nova empresa. Aproveitou e vem conseguindo bons resultados. Com 180 clientes cadastrados, ele vê perspectivas de crescimento do seu negócio. “Meu objetivo é chegar a 200 clientes. Meu diferencial é o atendimento”, garante.

Mas as iniciativas e oportunidades ainda são pequenas e precisam ser intensificadas. Os moradores querem que o Estado se estabeleça não só por meio das forças de segurança. Pedem que o avanço seja no campo dos serviços públicos, como saúde, educação, transporte e habitação.

A recepcionista de um consultório de pediatria Renata Traja-

no, que mora há 16 anos no Alemão, na região conhecida como Matinha, revela que ainda falta muita coisa, principalmente atendimento médico. “Eu coloquei no Facebook o fato de um policial que foi preso na Operação Guilhotina ter passado mal e ter sido encaminhado para o hospital Copa D’Or. Pois é, quando eu passo mal o hospital que me atende é o ‘Falta D’Or. Falta tudo lá: não tem especialista, não tem raio X, não tem médico, não tem remédio, não tem tala, não tem gesso etc. Minha mãe foi dois dias na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Estrada do Itararé, do lado de Ramos, e não conseguiu atendimento. Quando precisam, os moradores têm que acordar às 3h da manhã e ir para o Posto de Assistência Médica (PAM) de Del Castilho”, reclama. Para Renata, os recursos públicos gastos para instalação do Teleférico, cerca de R\$ 250 milhões, deveriam ter sido destinados para construir um hospital público na região.

A falta de escolas também é lembrada pela recepcionista. “Não existe escola de ensino fundamental completo no Alemão. Tem duas que atendem só até o quarto ano. A partir do quinto ano, as crianças precisam estudar fora da comunidade. Minha filha, inclusive, estuda em uma escola na Praça de Engenho da Rainha. Ensino médio agora tem a escola Tim Lopes, construída pelo PAC, mas você acha que uma escola vai atender a demanda de 240 mil moradores?”, questiona.

*Da Redação, com colaboração de Tatiana Lima.

Região vê turistas circulando para além da Igreja da Penha

Fotos: Max Leone



Outras iniciativas também rondam o Alemão, que atrai gente de fora querendo conhecer a região. Sob essa perspectiva, o Passeio Cultural no Morro do Alemão fez sua estreia dia 16 de abril. O *tour* por locais que contam a história do complexo de favelas e dos moradores reuniu 14 turistas atraídos pela pacificação e a curiosidade de saber como é a vida naquela grande área.

As vans cadastradas saíram do ponto de encontro no Shopping Nova América, em Del Castilho, e o passeio começou com uma visita paga pela futura estação do teleférico da Fazendinha, de onde se pode ver grande parte da comunidade. Em seguida, os turistas, estiveram no Centro Comercial da Alvorada e logo após os visitantes foram o Cinema – único equipamento cultural da região – da Nova Brasília. Depois, seguiram para

a redação do jornal “Voz da Comunidade”, e viram de perto o trabalho dos repórteres comunitários. O passeio terminou na famosa Igreja da Penha.

“Já estamos marcando um novo passeio para o dia 7 de maio”, conta Ellen Serra, coordenadora e idealizadora do projeto, que terá parte dos recursos revertidos para a ONG Núcleo de Mulheres Brasileiras em Ação.

Segundo Ellen, que atua com crianças em situação de risco há oito anos, a ideia do passeio surgiu com o interesse de colaboradores de seus projetos sociais em conhecer a região do Complexo do Alemão. “A intenção é gerar oportunidades para os moradores da comunidade, que serão qualificados fazendo cursos de formação na área de turismo e eventos *para* receberem os visitantes”, afirma. [Max Leone]

Consumo consciente com ares de movimento social

Fotos: Tatiana Lima

Produtos orgânicos barateiam preço e promovem ativismo econômico

Tatiana Lima*

Há sete anos, a geladeira vazia e a falta de mantimentos na casa da cientista social Bibi Cintrão já não significa necessariamente uma visita ao supermercado mais próximo. Toda semana, as compras de Bibi e de outras 55 pessoas, moradoras do bairro de Santa Teresa formam uma lista única e são encaminhadas por e-mail diretamente a produtores de alimentos de diferentes partes do estado do Rio de outras regiões do país.

As encomendas são entregues todos os sábados das 11h às 13h, no Centro Cultural Barão do Mauá, em Santa Teresa. Depois de organizadas em caixas, ganham uma placa com o nome do comprador, que sem cerimônia, embala os produtos em bolsas reutilizáveis trazidas por ele mesmo. E os cestantes – como são chamados – de Santa Teresa não estão sós. Em outros cinco bairros do Rio de Janeiro: Urca, Humaitá, Botafogo, Recreio, Vila Isabel; e nas cidades de Seropédica e Niterói, mais 115 pessoas recebem as encomendas de produtos orgânicos feitas através de compras coletivas.

No total, são 170 famílias que integram a Rede Ecológica. Uma forma inovadora de adquirir produtos orgânicos a um preço justo e direto da fonte. Juntos, os cestantes encomendam, compram, sustentam, organizam e acompanham todo o ciclo dos alimentos, desde o plantio, os



Edson Miaguesko e família: primeira busca das encomendas no Núcleo de Santa Teresa da Rede

problemas durante o cultivo até as dificuldades com o transporte enfrentados pelos pequenos produtores.

“Outro dia, por e-mail estávamos discutindo que o caqui talvez chegasse ao preço de R\$ 6,00 ou R\$ 4,00. Tudo ia depender do transporte”, conta a integrante do Núcleo de Santa Teresa Joyce Barbosa. Esse acompanhamento do processo traz uma compreensão sobre o porquê de cada preço pago pelo cestante e uma relação de troca com as famílias dos pequenos agricultores.

Por isso, o que está por trás da compra coletiva destes consumidores da Rede Ecológica é um movimento de consciência econômica. “Não é só conseguir produtos orgânicos a um preço barato. A rede incentiva à produção, na prática, de uma relação mais justa de consumo”, define a bióloga Joyce Barbosa.

Rebecca Guidi, uma das organizadoras do Núcleo de Santa Teresa concorda. Para ela, a



Rede Ecológica vai além de uma relação de compras coletivas. “A proposta é política. O fluxo de troca é contínuo entre as pessoas. Isso acaba sendo um movimento social. As pessoas enviam e-mails, discutem transporte e se envolvem no processo. Se você

só que comprar produtos orgânicos, o espaço não é esse. Para isso existem as feiras”, pondera.

Uma das fundadoras da Rede Ecológica – iniciada em 2001, no bairro da Urca – a educadora e psicóloga Miriam Langenbach, avalia o sistema de compras da rede como uma prova de que um novo modelo de consumo e de agricultura sustentável é possível. “A rede estabelece uma relação próxima com os produtores. O ato da compra deixa de ser só empacotar, jogar no carrinho e guardar no armário. O fato de você saber que está se alimentando bem e que você está alimentando outras famílias no campo quando compra os produtos na rede é um ato de cidadania”.

Ativismo ao consumir

A prática de compra em rede está em moda. Diversas empresas oferecem o serviço na internet, através de grupos que reúnem pessoas para comprar co-

A prática de compra em rede está em moda. Diversas empresas oferecem o serviço na internet, através de grupos que reúnem pessoas para comprar coletivamente. O objetivo é baratear o preço de serviços e produtos. Porém, a filosofia da Rede Ecológica e o modelo adotado para realizar as encomendas estão longe de só garantir aos participantes, um preço mais justo na aquisição de alimentos

letivamente. O objetivo é baratear o preço de serviços e produtos. Porém, a filosofia da Rede Ecológica e o modelo adotado para realizar as encomendas estão longe de só garantir aos participantes, um preço mais justo na aquisição de alimentos.

Em geral, na Rede, os cestantes criam vínculos com os pequenos produtores e com os outros compradores ao contrário dos grupos de compras. Na Rede, as pessoas estabelecem relações sociais e os núcleos funcionam por comissões gestoras formadas pelos próprios participantes.

Quando Ideias em Revista visitou o Núcleo de Santa Teresa, em 16 de abril, um almoço comunitário era realizado na casa de uma cestante para discutir sobre o funcionamento do núcleo. Lá, os cestantes, optaram pelo voluntariado em todas as etapas do processo de encomendas. Desde mensurar os pedidos, a organização das entregas, recebimento do pagamento e a contabilidade. Nos outros núcleos, também funcionam com uma comissão gestora, mas uma pessoa é remunerada para organizar as encomendas e as entregas.

Na pauta, além de discutir sobre o funcionamento do sistema autogestionado, os participantes discutiram formas para ajudar a manutenção e ampliação da horta do Morro da Coroa – formado por seis famílias de produtores que abastecem o núcleo com temperos e plantas como *ora pro nobis*, vinagreti, entre outras. Contudo, a horta não tem condições ainda de prover

de produtos os outros núcleos da Rede. Os associados pretendem fornecer as mudas para as famílias poderem iniciar a plantação de uma variedade maior de verduras.

Produtos frescos e de diferentes regiões do Brasil

Áureo Nascimento, um dos produtores da horta do Morro da Coroa, é ex-metalúrgico, mas aprendeu “a cultivar a terra e tirar o melhor dela” em Minas Gerais, quando pequeno. Ele veio para o Rio e, no Morro da Coroa, fez a horta junto com as famílias para ajudar nas despesas. “Era só para nossa sobrevivência”, explica.

Com o tempo, as famílias passaram a vender os produtos em mercadinhos e feiras, além de fornecer alimentos para as donas de casa da comunidade. As moradoras do morro levam resíduos orgânicos para a horta e em troca os produtores fornecem verduras e temperos. “Lá na horta têm várias coisas. A gente tem o kit gripe com guapo e outras ervas boas. *Só de ora pro nobis* temos três espécies. Isso é uma beleza para cicatrização. Faz regofado com frango”, ensina Áureo.

Aliás, o acesso a produtos de diversos estados brasileiros, é outro diferencial da Rede Ecológica. Raquel Teixeira, cientista social, de 28 anos, diz que em outro lugar, especialmente nos supermercados, não teria acesso a farinhas de origem do Cerrado, castanhas do Acre, entre outros produtos. “A rede é um espaço de contraponto a um



Joyce Barbosa: voluntária recebe o pagamento de cestante

Faz bem para saúde e para o bolso

Os preços dos produtos orgânicos tendem a ser mais caros em relação aos produtos cultivados com o uso de agrotóxicos nas lavouras. Para lucrar mais, os supermercados encomendam em grandes produtores de São Paulo, o que eleva os custos de transporte e o preço final dos produtos. O reflexo tem relação direta no bolso do consumidor.

A média de gastos dos associados na Rede Ecológica é baixo se comparado ao preço dos produtos orgânicos nos supermercados. Um exemplo é o ovo caipira. Enquanto em uma grande rede de supermercados, meia dúzia de ovos sai pelo valor de R\$ 5,19, para os associados da Rede Ecológica, o custo é de R\$ 5 – a dúzia.

Para participar de um núcleo da Rede Ecológica, os interessados precisam se associar. Os futuros cestantes pagam uma contribuição que pode variar de R\$ 30 a R\$ 55. O valor dependerá se o núcleo ao qual o associado participará faz encomendas de forma semanal, quinzenal ou mensal. Para saber como se associar acesse a página da Rede Ecológica em <http://www.redeecologica.rio.org/>. [Tatiana Lima]

*Da Redação.

Ideias em Revista resgata, nesta edição, uma noite inesquecível para o Sisejufe. Em 10 de dezembro, na Galeria dos Empregados do Comércio, na avenida Rio Branco, aconteceu o 19º Botequim do Sisejufe com a Velha Guarda da Portela e com Marquinhos de Oswaldo Cruz, o criador do Trem do Samba, que acontece todo 2 de dezembro, Dia Mundial do Samba. Naquela noite, antes do espetáculo, o diretor-presidente do sindicato Roberto Ponciano conversou com Monarco, Tia Surica, Áurea e Marquinhos. Reproduzimos nesta edição, trechos destas conversas que revelam a vitalidade e a importância desses artistas no cenário da boa música popular brasileira



Foto: Henri Figueiredo

MONARCO

Você é considerado o baluarte vivo da Velha Guarda. Você está desde a primeira formação?

Monarco – Sim, estou desde a primeira formação. Desde 1971, quando o Paulinho da Viola organizou e me botou para cantar Portela Passado e Glória, que depois virou o nome do disco. Na época eu era o mais jovem. O jornal até colocou: Monarco o mais jovem dos patriarcas, e eu comecei ali como o caçula.

Qual a importância da Portela para o samba em geral, já que foi a escola que retomou o samba de quadra. E qual a importância da Velha Guarda como vanguarda e retomada de tradição?

Monarco – A Portela segue o que a Velha Guarda dita como tradição. Às vezes dá umas cochiladas e umas vaciladas, mas aí a Velha Guarda vai lá, interfere e o presidente acata, graças a Deus! A Velha Guarda funciona como uma guardiã, vigilante, contra os desvios perigosos que podem ocorrer. E hoje é um patrimônio cultural. Eu fico feliz que a nossa Portela tenha um papel muito importante no samba, pois, juntamente com a Mangueira, foram as perseguidas

pela polícia e conseguiram vencer essa barreira. Se hoje o samba é um patrimônio cultural, a Portela é a grande responsável disso.

Certa vez você foi pego sambando pelo presidente dos EUA na Associação Brasileira de Imprensa?

Monarco – Éramos eu e Tupi, que era engraxate, éramos garotos. A ABI àquela época era visitada pelas grandes personalidades que vinham ao Brasil. Naquela época, o presidente da associação era o Herbert Moses, e ia sempre no 11º andar, onde trabalhávamos... Daí ficávamos sambando e cantando de brincadeira antes de abrir o salão. Abriu o elevador e o doutor Moses entrou com o Truman e não gostou de nos ver assim... até me mandou embora por brincadeiras e atrasos que eu tinha. Mas depois ele me arrumou um emprego no Sesi.

A Velha Guarda ia muito na Portelinha. E no Portelão só no samba-enredo... Como você vê essa retomada do samba de enredo na escola de samba?

Monarco – O samba de quadra e terreiro não era nem para terem sido banidos. O samba enredo é algo encomendado, que se cria a história do carna-

valesco a partir da sinopse. O samba de terreiro é diferente, é do coração, e há muitos anos se desfilava com esses sambas. As feijoadas trouxeram os sambas de terreiro de volta. Começamos com isso e nos copiaram, no que fizeram muito bem... e com isso o samba de terreiro voltou às quadras.

Para encerrar, o Dia Mundial do Samba celebrado em Oswaldo Cruz. Como foi esse ano coincidindo com o Dia da Família Portelense?

Monarco – Foi todo mundo, muito bom! Isso foi ideia desse menino, o Marquinhos de Oswaldo Cruz. Já era antigo o fato que desde o Paulo da Portela, que já vinha cantando e fazendo brincadeiras pelo trem. Mas depois da proposta de retomar isso, a Velha Guarda apoiou o Marquinhos, vem fazendo o samba do trem e hoje tá reunindo 50 mil pessoas! Esse ano ficou bonito pois foi para lá a Velha Guarda do Salgueiro, Império Serrano, Mangueira... e foi uma congregação bonita... uma coisa linda! E isso de uma escola visitar a outra ficou no passado, esse amor e solidariedade tem que voltar! Foi emocionante nesse dia as demais velhas guardas cantando com a gente e ficou na memória.



MARQUINHOS DE OSWALDO CRUZ

Quem é Marquinhos de Oswaldo Cruz?

Marquinhos – Sou cantor e compositor, sambista de nascença, e acredito que a minha arte seja uma arte “revolucionária” no sentido que prega uma outra globalização.

Como é a tua relação com a Velha Guarda, como é essa coisa da Família Portelense e como foi essa coisa do retorno dessa tradição da Família Portelense com a feijoada. Nos fale dessa sua trajetória com esse retorno da Família Portelense e da tradição?

Marquinhos – Em relação à Velha Guarda eu sempre tenho muito prazer em estar sempre com eles, até porque o seu Monarco e outros eram ídolos da minha mãe e de todos os moradores de Oswaldo Cruz e adjacências. Em relação à Família Portelense, a Portela realmente é uma família reunida que só anda de cabeça erguida e com grande satisfação. Trouxe de volta esse espírito da Família Portelense quando eu e a Velha Guarda fizemos a feijoada, e o grande barato é que eles escolhem o samba para tocar nessas feijoadas, do samba que já não se tocava mais... samba de terreiro, de partido alto.

Muita gente não sabe que você participou da retomada do samba da Lapa e do Trem do Samba. Mas fala primeiro dessa coisa da Lapa. Dessa coisa que a Lapa estava morta lá, e o samba reinventou a Lapa pelo samba. E isso não saiu da cabeça de um empresário, mas sim de sambistas. Me conta essa história pela tua ótica.

Marquinhos – Eu vou inverter o que você me perguntou... vou começar pelo Trem do Samba, que ele vai chegar na Lapa. Primeiro, o Trem do Samba foi uma ideia minha, chamando a comunidade para participar. No início chamei algumas pessoas, dentre elas o Juarez Barroso e o Juarez Barroso Filho, pra gente chamar a atenção da comunidade de Oswaldo Cruz com a sua história. Vários bairros da cidade do Rio de Janeiro não existem mais, em função de terem perdido sua estação. Então com medo de Oswaldo Cruz perder sua estação e sua história também teve esse movimento. Isso foi no primeiro momento, em 1991 quando começou a ser executado. Em 1996, quando

essa primeira parte já tinha acabado há uns três anos, eu já era compositor e cantor, resolvi comemorar o Dia do Samba... e fazer um Trem do Samba, com um aspecto mais musical, de luta pelo gênero musical. Pra gente foi um sucesso em 1996, nem lotamos um vagão, mas foi um grande sucesso que saiu no

Jornal do Brasil, e a gente comemorando isso. Daí para chegar na Lapa, nós vimos uma reportagem que falava de um cantor de samba boa praça, grande cantor, que lutava para resgatar o samba, mas que não existia mais sambista nos subúrbios e nem nos morros. Aí a gente ficou muito chateado e falou que não era nada disso... e eu dei a sugestão que a gente procurasse um lugar que fosse aqui pra Zona Sul e pra mostrar que ainda existia esse samba. Juntei três amigos que eu achava que eram tradicionais, eu fui de cavaquinho, cantor e compositor, chamei o Charles da Viola que tocava muito violão e o Renatinho partideiro que era um grande improvisador de um tipo de música que ninguém ouvia e chamei o Ivan Milanez, ceguinho, grande percussionista, compositor e cantor, e nós começamos a procurar local e até que um cara sugeriu uma boa... samba sem microfone, de roda e tradicional.



TIA SURICA

Como é que a senhora vê essa retomada da Velha Guarda na escola de samba? Da feijoada na quadra?

Surica – A Velha Guarda nunca se afastou, sempre esteve presente. Eu digo sempre que a Velha Guarda de qualquer agremiação é a espinha dorsal de qualquer escola.

Mas o samba de quadra não estava sendo cantado. As escolas estavam vivendo apenas para o desfile. Como é que foi essa retomada da Família Portelense? De fazer samba durante a semana e cantar no final de semana?

Surica – Foi num dia até impróprio, que foi no falecimento do Seu Argemiro que era da Velha Guarda... então estávamos conversando eu, Áurea, Marquinhos, Cristina... te-

mos que fazer uma roda de samba e agitar o gigante adormecido. Nesse dia a Cristina levou a proposta ao Carlinhos Maracanã e ele aprovou. E em junho desse ano começou e vem só crescendo. E como tudo que é bom se copia, as escolas irmãs vêm nesse sucesso fazendo também suas feijoadas.



ÁUREA

A Portela é uma família. Você sendo filha do Manacéia, que é um sujeito histórico na escola... conta como é isso?

Áurea – Eu fui criada com a Surica então daí já tem a proximidade familiar. Antigamente tinha muito isso de frequentar um a casa do outro só para compor o samba pela escola. E até pelo meu pai, conhecia todos os ícones do samba.

Como foi para você essa retomada da Família Portelense na feijoada? Você ajudou a convocar as pessoas?

Áurea – Quando a proposta de retomada foi aprovada, a intenção do Marquinhos era resgatar a Família Portelense. Então saíamos de casa em casa chamando quem tinha um vínculo com a Família Portelense para a inauguração... No dia foi muita emoção. Tinha gente que não se via há mais de 25 anos e estavam lá. E todos de azul e branco.

Como é isso do sambista soterrado na escola?

Áurea – Tudo cresceu muito e teve momento que o samba de quadra perdeu a vez para os sambas de enredo que vendiam mais para o carnaval. A feijoada foi um acesso para essa retomada e tem sido sucesso também, competindo com os sambas-enredo.

O Botequim é um projeto do Sisejufe de resistência cultural, assim como é a Portela. E para nós é muito bom ter vocês aqui conosco. Qual a expectativa de participar de um evento que não é só uma festa, mas um movimento de resistência cultural?

Áurea – Acho que o público independe... o samba e a música conquista a todos.

Um dia numa Deam revela que violência contra a mulher ainda é comum

Tatiana Lima*

São 16h16, na Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) de São Gonçalo. Em uma sala pequena, sem ar-condicionado, com a ajuda de uma antiga máquina de escrever, um inspetor de polícia registra mais um caso de violência doméstica. A jovem de 24 anos, operadora de caixa em um restaurante, segura o filho de quatro anos nos braços. Separada há cinco meses, foi à delegacia pedir aos policiais para resgatar as roupas e os brinquedos da criança, que ainda estão na casa do pai. Ela acusa o ex-marido de agredí-la no dia anterior. E por isso ela tem medo de voltar para buscar os pertences e sofrer violência novamente.

O ex-marido teria agredido a jovem – com quem ficou casado três anos – porque estava com ciúmes do novo namorado dela. No entanto, ele já está de casamento marcado para este mês. O caso da jovem foi o 11º registrado de uma quarta-feira, na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de São Gonçalo. No final do mês, será mais um nas estatísticas de uma das delegacias que acumulam um dos maiores índices de atendimento à violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro. Em 2010, foram realizados mais de 4 mil atendimentos. Somente até o mês de março deste ano, a delegacia registrou 966 atendimentos.

Ao receber a vítima, o policial, além de registrar o caso, entregou ofícios de encaminhamento para a jovem poder realizar exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML), recorrer à Defensoria Pública para requerer pensão de alimentos e pedido de atendimento no Cen-



Foto: Tatiana Lima

tro de Atendimento à Mulher (Ceam) para acompanhamento psicológico. A diligência à casa do ex-marido não pode ser realizada por falta de viatura policial.

No entanto, depois que a jovem saiu da sala, o policial fez comentários que misturam preconceito e frustração com a rotina que avalia ser na prática “enxugar gelo”. São comentários que oscilam entre um traço cultural carregado de machismo e a consciência da importância do papel da polícia na preservação da vida de casos como o da jovem, que justamente há pouco, criticara.

A violência contra a mulher é uma realidade e o seu combate precisa avançar. Essa é a verdade incontestável que estatísticas de diferentes fontes apontam. No Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é atacada ou, ainda, ao longo de um dia, dez são mortas.

Para a diretora da Divisão de Atendimento à Mulher (DPAM),

A violência contra a mulher é uma realidade e o seu combate precisa avançar. Essa é a verdade incontestável que estatísticas de diferentes fontes apontam. No Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é atacada ou, ainda, ao longo de um dia, dez são mortas

Márcia Noeli, que ao longo de oito anos, trabalhou nas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher dos municípios de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e no Rio de Janeiro – a primeira a ser aberta em 1984, na Central do Brasil –, a violência contra a mulher não precisa ser combatida apenas no campo da lei ou em delegacias, mas sobretudo, no campo da educação.

Em entrevista concedida à Ideias em Revista, em fevereiro deste ano, quando ainda era delegada de São Gonçalo, Márcia Noeli, revela como a cultura

em que o homem é colocado como superior à mulher é um terreno fértil para a violência. Durante o bate-papo, a delegada deu um panorama do cotidiano da aplicabilidade da Lei Maria da Penha na rotina das Deam's e mostra como é necessário, sobretudo, enfrentar este problema recorrente tanto nas classes sociais menos favorecidas como nos lares mais abastados de forma crua, sem subterfúgios, a partir de fatos concretos.

*Da Redação.

Ideias – Como é a aplicabilidade da Lei Maria da Penha?

Márcia Noeli – No começo, nós estávamos preocupadas. Sem saber se ia dar certo, principalmente porque na prática a mulher vem na delegacia, mas depois repensa sobre isso. Ela não quer o marido preso. Na verdade, ela só queria que ele parasse de agredi-la. Então, nós, que trabalhamos diretamente com a violência contra a mulher, ficamos em dúvida se a lei ia pegar.

Ideias – E pegou?

Márcia – Posso dizer que depois de cinco anos a lei já se concretizou. Temos a noção de quanto deu certo porque mais mulheres vem a delegacia registrar queixas, mesmo sem grande divulgação da lei. As medidas protetivas que são estabelecidas na lei ajudaram a mulher se sentir mais segura e vir a delegacia.

Ideias – Então, houve aumento significativo no número de mulheres que procuram a delegacia?

Márcia – Sim, principalmente porque o crime não é mais banalizado. Agora, o agressor pode até ser preso. A pena vai de um a oito anos de reclusão. Se o agressor for pego em flagrante a prisão é feita imediatamente. A lei estipula as medidas protetivas em que o homem é proibido de chegar próximo a mulher ou permanecer no mesmo ambiente que ela. Na hora que a mulher vem à delegacia e faz o registro de ocorrência, o policial já pergunta se ela quer medidas protetivas. Além disso, a mulher já sai da delegacia com encaminhamento para resolver todas as questões legais, inclusive a respeito da guarda dos filhos e o pedido de alimentos. A lei Maria da Penha facilitou muito a vida da mulher.

Ideias – Mas delegada em 2010, foram divulgados diversos casos de mulheres que estavam sob medidas protetivas

“Antes da Lei Maria da Penha todos os registros de violência contra a mulher eram pautados pela Lei 9.099, de 1995. O máximo que acontecia ao agressor era ser encaminhado ao Juizado Especial Criminal (Jecrim), que o sentenciava com uma pena alternativa”

após realizarem denúncias contra seus agressores, mas foram assassinadas. A polícia tem realmente como proteger a mulher quando é ameaçada?

Márcia – Sim, pode. Quer dizer, pode entre aspas, porque a polícia não pode garantir a vida de uma pessoa 24 horas. É impossível. Nós não podemos garantir nem a nossa própria vida. Mas essas medidas protetivas servem para que haja uma proteção à vítima. Além disso, se o agressor desobedecer a lei podemos pedir a prisão preventiva. É um instrumento a mais para nós delegadas e para as mulheres. Agora, tem vezes que não dá tempo para nada. Também há casos em que a mulher pede a medida protetiva, mas o juiz não concede porque julga que aquela mulher pode não estar falando a verdade. O juiz prefere ganhar um tempo para averiguar detalhes do caso. É preciso avaliar também que a mulher segue com a vida dela e nós delegados não podemos colocar um policial 24 horas para vigiar a porta dela. Dentro do possível,



Foto: Tatiana Lima

as medidas protetivas são um mecanismo razoável que a lei nos trouxe.

Ideias – O número de prisões em flagrantes também apresentou aumento após a implantação da Lei Maria da Penha?

Márcia – Os flagrantes são poucos. Quando fui delegada da Deam em Caxias, conversei com o comandante do batalhão da polícia da região para que quando houvesse chamadas sobre violência doméstica, efetivamente, a PM fosse atender as chamadas. É verdade que há casos em que as chamadas não são atendidas por falta de viaturas e policiais, que não existem em quantidade suficiente para o número de ocorrências. Agora, também as vezes, a mulher chama a polícia só para dizer ao marido para parar de bater nela, efetivamente, ela não quer ir a delegacia registrar a queixa. Já ouvi isso de muitos policiais em palestras que fiz dentro dos batalhões.

Ideias – Por que a Lei Maria da Penha foi necessária para proteger as mulheres no Brasil?

Márcia – Antes da Lei Maria da Penha todos os registros de violência contra a mulher eram pautados pela Lei 9.099, de 1995. O máximo que acontecia ao agressor era ser encaminhado ao Juizado Especial Criminal (Jecrim), que o sentenciava com uma pena alternativa. Em geral, a pena era o pagamento de um determinado número de cestas básicas mesmo que a acusação fosse de ameaça de morte ou lesão corporal grave. Por isso, a punição ao agressor ficou banalizada. Basicamente, no dia a dia, o homem agia de duas formas: ou continuava batendo porque tinha dinheiro para pagar as cestas básicas e, portanto, não ligava para a pena que recebia ou quando o agressor não tinha dinheiro, ele pegava a cesta básica que seria para a família e fazia a própria mulher entregá-la para o cumprimento da pena. Quantas vezes nós da delegacia de atendimento à mulher presenciamos isso. O mari-

do dizer a mulher que deixaria a família sem alimentos por ela o ter denunciado. Portanto, a lei Maria da Penha é uma vitória.

Ideias – Os índices de violência doméstica modificam dependendo da localidade da região da Deam?

Márcia – Nas delegacias da região da Baixada fluminense há mais registros que nas Deam's da zona sul, o que não quer dizer que haja menos violência na zona sul. Como se diz a violência doméstica é democrática. Está presente em todos os níveis sociais, sendo que nas camadas pobres da população como o nível de renda é menor, as casas têm parede com parede, então, as mulheres perdem um pouco a vergonha. Elas já sabem que o outro ouve mesmo e que a violência acontece. Já nas casas da zona sul, as mulheres tem posição, nome a zelar, preferem resolver com o advogado, se partilha os bens e ponto. Essa é a verdadeira diferença.

Ideias – Qual é a postura do agressor quando é chamado a delegacia?

Márcia – A maioria diz que não fez. Já outros, dizem que bateram, mas tentam justificar que foi porque a mulher deixou de fazer alguma tarefa do lar. Eu sempre respondo para eles que isso não dá o direito deles baterem nas mulheres. Não está bom separa, mas não bate.

Ideias – Delegada, se a mulher reagir a agressão ela pode ser também indiciada no processo?

Márcia – Sim. O homem quando depõe pode prestar queixa de agressão contra ela. A partir daí, a mulher passa a constar no inquérito como coautora.

Ideias – Esse procedimento não acaba criminalizando a mulher que já foi vítima de violência?

Márcia – Não, ela não é criminalizada. Isso acontece, porque

“Existe um número alto de mulheres que continuam não registrando as agressões. Por mais que o número de atendimentos e registros tenha crescido com a lei, para a realidade diária de violência que sabemos que ocorre nos lares brasileiros, a procura ainda é pequena. Penso a causa disso é uma falta de consciência da própria mulher em relação ao tema.”

o trabalho policial é investigar. Se o homem acusa a mulher de agressão, precisamos registrar. Este é o nosso trabalho. Da mesma forma quando a mulher vai a delegacia registrar uma queixa contra o homem. Infelizmente, existem mulheres que partem para agressão quando discutem com seus companheiros que não reagem, porque sabem que ao se defenderem podem cair na lei Maria da Penha. Infelizmente, há estes casos. Eu não estou dizendo que isso é regra. Inclusive, é a minoria, pois a maioria dos casos são reais, são mulheres vítimas de violência e de agressões sérias, mas temos que enxergar e verificar esses outros casos. Então, quando o homem diz que a mulher mordeu ele, eu como delegada preciso registrar isso e colocar no processo. Agora, o homem assim como a mulher será enviado para realizar exame de corpo delito no Instituto Médico Legal. Portanto, ele pode até ter escoriações, mas essas lesões podem ser o que nós chamamos de lesões de defesa. Os peritos do IML sabem quando são escoriações provenientes de tentativas da mulher se desvencilhar de uma agressão. Tudo é avaliado. Além disso, é necessário verificar a proporcionalidade. Um homem na maioria das vezes é mais forte do que a mulher.

Ideias – Então, em sua avaliação, não existe brecha na Lei Maria da Penha que dificulte a

aplicação da lei na rotina das delegacias?

Márcia – Não vejo brechas. A lei melhorou muito a realidade da mulher. O que na verdade acontece é que apesar da lei, nós ainda não conseguimos ter o número real de mulheres agredidas, pois ainda existe um número alto de mulheres que continuam não registrando as agressões. Por mais que o número de atendimentos e registros tenha crescido com a lei, para a realidade diária de violência que sabemos que ocorre nos lares brasileiros, a procura ainda é pequena. Penso que a causa disso é uma falta de consciência da própria mulher em relação ao tema. A nossa ex-ministra Nilceia Freire, disse uma vez certa frase sobre a lei Maria da Penha que gosto muito: “Essa lei foi feita para as relações humanas”. É isso não é? As relações humanas não têm efeito imediato. Não estamos falando de um crime igual a um assalto, onde simplesmente você vai lá prende o cara e o processa. Estamos tratando de uma crime que se trava dentro de casa. O nome é violência doméstica. A mulher tem uma cultura onde se diz que ela é a responsável pelo sucesso do casamento, dos filhos etc. Então, se o casamento não dá certo, a mulher pensa que ela é a culpada. No meio disso, ela acha que o amor dela vai resolver. Então, a violência contra a mulher tem todas essas idiossin-

crasias do relacionamento de homem e mulher. Até a mulher perceber que ela não é a culpada e que na verdade ao apanhar, ela sofre um abuso e que esta ação é extremamente prejudicial os filhos leva muito tempo. Um tempo que não está na lei. Não é em um clique. Por isso, muitas vezes ela vai e volta. Nosso papel como delegadas e policiais na Deam é ter compreensão e levar informação a essas mulheres.

Ideias – Quais são as dificuldades de uma delegada de polícia de uma Deam?

Márcia – A dificuldade maior é o olhar do homem em relação a mulher seja fisicamente, na relação entre homens e mulheres, do policial com a mulher que vem registrar uma denúncia ou mesmo da mulher em relação a si própria. Enfim, a dificuldade é do ser humano. Não é especificamente um item. Mas como delegada acredito que a minha maior dificuldade é colocar para todos os policiais homens qual é o nosso trabalho, como temos que agir com as mulheres que chegam a delegacia. Eu passo boa parte do tempo conversando com meus policiais para conscientizá-los desse papel. É uma reeducação constante em virtude do machismo que tem na sociedade e claro, na polícia. Não podemos fingir que isso não existe. Quando eu cheguei na primeira Deam como delegada foi em Nova Iguaçu, há oito anos

atrás. Lá, só tinha policiais homens bem antigos que já estavam quase se aposentando. Eles não entendiam muito bem porque o atendimento a mulher precisava ser diferente. Decidi fazer uma festa onde tudo era cor de rosa desde as bolas aos guardanapos. Sabe o que aconteceu? Eles não entraram na festa. Pararam na porta porque para eles ir a uma festa com tudo rosa seria como diminuir a masculinidade deles.

Ideias – E o que aconteceu? O que a senhora fez com a recusa deles de entrarem na festa cor de rosa?

Márcia – Eu disse para eles que todos iam entrar na festa, porque o que eu queria não era fazer ninguém perder a masculinidade, mas fazer com que entendessem o mundo rosa das mulheres. Não digo no sentido de fragilidade, pois isso é mito. Nós mulheres não somos frágeis. Mas entender que um caso de violência doméstica significa compreender quanto é difícil para a mulher vir a delegacia registrar uma denúncia. A festa foi uma brincadeira, mas a intenção era mostrar que eles precisam ver aquele caso pelo outro lado, o da mulher. Alguns continuaram sem querer ter essa conscientização e pediram transferência para outras delegacias comuns. Já outros são meus amigos até hoje e atuam em Deam's. Agora, posso garantir a você que tanto policiais com mais idade quanto os mais novos tem dificuldade de entender o real significado da violência contra a mulher, porque eles tem um ranço cultural de machismo.

Ideias – Porque o Brasil tem níveis tão altos de violência contra a mulher? É cultural?

Márcia – Não é só no Brasil. Esse nível é alto no mundo inteiro. Participei de um seminário no EUA, porque faço um trabalho como ativista nessa área. Fiquei impressionada com os relatos de lá são parecidos. A única diferença é que nos EUA tem mais dinheiro e mais ONGs. Então, acredito que a agressão

a mulher seja uma questão cultural mesmo, uma dificuldade do homem que só enxerga a mulher como um ser para servir aos seus interesses. No trânsito, por exemplo, se eu ultrapasso um homem, ele fica extremamente chateado, porque ele não aceita uma mulher ter ultrapassado ele.

Ideias – Então, a realidade da mulher mesmo agora, no século 21, não melhorou?

Márcia – Nas questões formais sim. Avançamos em lei, temos mais instrumentos como as delegacias especializadas, a lei Maria da Penha, oportunidades de inclusão no mercado, mas culturalmente não. Você pega um homem, pode ser nosso tio, irmão, primo, amigo, pai, filho etc, dizendo as mesmas coisas que os nossos avôs falavam em relação as mulheres.

Ideias – Delegada, com tantos anos de trabalho em Deam há algum caso que a tenha marcado?

Márcia – As questões da violência doméstica tem um panorama muito próximo. Inclusive, não é só agressão física ou psicológico, há os crimes sexuais. São muitos casos que chocam, mas foi o de uma senhora de 80 anos, que veio conversar comigo que sempre tenho na memória. Ela serviu ao marido por toda a vida. Mas um dia, uma panela de água virou no fogão e queimou a coxa dela. Enquanto as filhas tentavam acudir a mãe, o marido não se moveu na sala. Neste dia, ela percebeu que ele nunca cuidou dela como ela cuidou dele. E disse para mim que “o que mais doeu não foi a queimadura, mas a indiferença dele”. Agora, eu te pergunto: como posso tipificar isso? Não houve um crime, porque não houve omissão de socorro já que as filhas levaram a mãe ao hospital. A violência ali foi a indiferença de um marido e essas agressões psicológicas não há como colocar em lei ou tipificar, mas sempre são recorrente. E quantas de nós não sofremos isso?

Foto: Tatiana Lima



Vitória da Lei Maria da Penha no STF

Para a ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o dia 24 de março entrou para a história de luta das mulheres brasileiras. Nesta data, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da Lei Maria da Penha (Lei 11.349/2006), ao negar *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União. O HC questionava o Artigo 41 da legislação, que diz que os agressores enquadrados na Lei Maria da Penha não podem recorrer à Lei 9.099/1995, que concedia o benefício da suspensão do processo por dois anos e seu arquivamento, caso o réu não voltasse a ameaçar a vítima.

A Procuradoria Geral da República apresentou parecer pelo indeferimento do *habeas corpus*, ressaltando que o Brasil demorou muito a apresentar uma lei específica de proteção à mulher (foi o 18º país da América Latina). Os ministros do STF, durante o julgamento, defenderam que a Lei Maria da Penha tutela a dignidade da pessoa humana, e que é necessário analisar a intenção do legislador e não a individualização da pena. Reforçaram que apesar das leis te-

rem sido alteradas, o preconceito e a discriminação permanecem presentes na sociedade. Para eles, a violência dentro de casa é silenciosa e a reincidência para esses crimes é a regra e não a exceção.

Além disso, a Constituição Federal prevê, em seu Artigo 226, que a família, que é a base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Isto significa dizer que a Lei Maria da Penha concretiza o previsto no texto constitucional é um instrumento jurídico eficaz para combater a violência doméstica.

O Brasil é signatário de diversas convenções internacionais, principalmente a de Belém do Pará, a primeira convenção de direitos humanos a reconhecer que a violência doméstica contra a mulher é problema generalizado. A lei foi criada após a denúncia feita pela própria Maria da Penha Maia Fernandes à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que estabeleceu diversas recomendações ao Brasil, destacando essencialmente a justiça ineficaz no país e sugerindo a adoção de medidas que cessassem a violência contra as mulheres.

De Fukushima ao Wisconsin: o talento da mídia antiga de só informar o que lhe é conveniente

Henri Figueiredo*

Depois do dia 11 de março, quando aconteceu o acidente no complexo nuclear de Fukushima Daiichi, no Japão, devido ao terremoto seguido de tsunami, quem acompanhou o noticiário brasileiro teve certeza de que a nossa mídia antiga sempre se opôs ao projeto de construção das usinas nucleares em Angra dos Reis. Houve até programas extremamente bem editados, em canais pagos, lembrando os acidentes nucleares de Three Mile Island (1979) e de Chernobyl (1986) e o do Césio 137 em Goiânia (1987). É perceptível que a “agenda verde”, pautada por essa mesma mídia como grande fiel da balança nas últimas eleições presidenciais, ainda vai ser muito utilizada na tentativa de criar uma “terceira via” à polarização política vivida no País nos últimos 16 anos.

Outro elemento a ser apontado foi que o tom de choque e de solidariedade aos mais de 27 mil mortos no Japão em função da tragédia natural, seguido do pânico em função do acidente nuclear, se sobrepôs a qualquer crítica ou mesmo cautela em relação às primeiras informações divulgadas pela companhia Tóquio Eletricidade (Tepco) e pelo governo do primeiro-ministro Naoto Kan. A ficha da velha mídia só caiu quando o governo japonês anunciou, um mês depois (!), que o desastre nuclear é de nível 7, o mais grave segundo a Escala Internacional de Acidentes Nucleares. Um mês de mentiras não devidamente averiguadas – e não só pela mídia nativa, diga-se de passagem.



Fotos: reprodução internet

Não foi bem assim há 25 anos – depois do acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, em 26 de abril de 1986. À época, o então presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, também só admitiu que o nível do acidente era o mais grave dias depois da radiação ter sido verificada na Escandinávia. Foram quatro semanas que, como o próprio Gorbachev admitiu, foram decisivas para o colapso da URSS, cinco anos depois.

De acordo com a doutora em Direito Internacional pela USP, Larissa Ramina, “um quarto de século se passou, mas a tragédia de Chernobyl está longe de pertencer ao passado. Mesmo após a construção do sarcófago, não foi possível reocupar todas as áreas que foram contaminadas. Cinco milhões de hectares de terras foram inutilizados, e houve contaminação significativa de florestas. Outra incógnita refere-se às consequên-

cias da radiação para a vida animal. Os cientistas registraram queda da biodiversidade e várias mutações genéticas em pássaros, insetos e flores. No que diz respeito às pessoas, a situação ainda é alarmante”.

O tema, à época, perdurou meses no noticiário. Convenientemente, começam a escassear as notícias sobre as consequências do recente acidente no Japão – e a pauta volta-se para a crítica ao programa energético brasileiro, já que o governo federal não desiste de concluir Angra 3 e mais quatro usinas. Evidentemente, a questão aqui não é discutir a necessidade ou não dessa fonte de energia, mas o modo como a opinião pública, em cada época, é moldada a partir dos interesses específicos da classe dominante. De repente, a elite econômico-financeira do Brasil tornou-se a mais “verde” do planeta. Mesmo a construção de hidrelétricas são criti-

casas. No entanto, essa mesma mídia dedica as páginas criminais, há anos, para o Movimento dos Atingidos por Barragens, como os do Sul do País.

Daí o importante apontamento do jurista Dalmo de Abreu Dallari: “A tragédia sofrida pelo povo japonês deve servir de alerta, estimulando a busca de outras fontes de energia, para atendimento das necessidades básicas das populações do mundo, mas também influenciando para que se faça ampla divulgação dos aspectos básicos das opções existentes, informando o povo e dando-lhe a possibilidade de acompanhar as discussões e, mesmo, de participar das decisões sobre o assunto.”

Sindicalismo criminalizado em estados norte-americanos

Segundo informou a colonista Amy Dean, do site Commondreams, a Associação Nacional

Lá, como aqui, a imprensa antiga acusa o funcionalismo público de “trabalhar pouco” ou, então, de ter “salários inaceitavelmente altos” e sustentam o campo político que defende a entrega dos serviços públicos a empresas privadas “para que sejam administrados como empresa e gerem lucros”. Não é à toa que O Globo comemorou em manchete: “Dilma abandona dogma do PT e privatiza aeroportos”

da Educação dos EUA convocou para o último 4 de abril um “Dia Nacional de Ação” contra as políticas privatizantes de governos estaduais e locais conservadores que estão retirando direitos de professores, bombeiros e outras categorias de servidores públicos. Certamente para categoria do Judiciário Federal no Brasil um nome como esse para uma luta como essa não é nada estranho. O esquisito são as notas lacônicas do noticiário de massas sobre o episódio. Sem análise, sem contextualização e, principalmente, sem o insistente bombardeio (com o perdão do trocadilho) diário de imagens como o dos conflitos recentes no Norte da África e no Oriente Médio – onde há muito petróleo em jogo.

Nos EUA o que está em jogo em estados como o Wisconsin é não só o desmonte do setor público como a demonização da organização trabalhista deste setor. Como nossa mídia (quase) sempre ataca o sindicalismo brasileiro, quando a ele se refere, não é de se estranhar a “naturalidade” com que uma verdadeira insurgência popular na nossa potência imperial é tratada com tamanha indiferença. Maus exemplos não devem ser divulgados, talvez pensem os barões midiáticos.

Como informa Amy Dean, nos EUA os professores e os funcionários públicos foram escolhidos como alvos preferenciais porque são os grupos menos organizados de toda a vasta oposição à agenda das grandes corporações e da “imprensa-empresa”. “Foram selecionados



como alvos preferenciais porque ainda guardam os últimos vestígios de uma América conscientizada e politizada”, anota a colunista. Segundo ela, a estratégia dos governadores conservadores é atribuir toda a responsabilidade pelos complexos problemas econômicos em que os EUA estão mergulhados a três bodes expiatórios: aos professores, aos imigrantes ou aos funcionários públicos.

Ainda, de acordo com o Comondreams, a mesmatática “dos bodes expiatórios” aparece e reaparece sempre por uma razão: garante aos políticos e à imprensa-empresa uma saída fácil. Em vez de ter de enfrentar a substância real de suas respectivas agendas, os políticos conservadores e a imprensa-empresa podem contar história simples, sempre com vilão simples – e o vilão nunca é nem os polí-

ticos conservadores, nem a imprensa-empresa nem suas respectivas agendas.

“Num momento em que os EUA enfrentam dificuldades tão terríveis, políticos e imprensa-empresa escolhem um determinado grupo para culpar por todas as dificuldades”, diz Amy. E então? Alguém do funcionalismo público se identificou com essa descrição. Pois é... e estamos falando, amigos, dos Estados Unidos da América. O Le Monde Diplomatique lembrou, em artigo do sociólogo de Massachusetts, Rick Fantasia, que há 75 anos não havia uma onda de protestos coletivos nos EUA – despertados pela ação do governador do Wisconsin, Scott Walker, do Partido Republicano, ao perseguir esses setores do funcionalismo.

Lá, como aqui, a imprensa antiga acusa o funcionalismo pú-

blico de “trabalhar pouco” ou, então, de ter “salários inaceitavelmente altos” e sustentam o campo político que defende a entrega dos serviços públicos a empresas privadas “para que sejam administrados como empresa e gerem lucros”. Não é à toa que O Globo comemorou em manchete: “Dilma abandona dogma do PT e privatiza aeroportos”. Como também não foi à toa que, no dia em que a primeira propaganda eleitoral do PSDB na TV, em 2011, cobrou em tom raioso que o governo precisava “se mexer” em relação aos aeroportos para o Brasil “não passar vergonha” durante a Copa, no noticiário de todas as grandes redes abertas de TV estava a questão do gargalo aéreo.

E, fechando essa teia, nada melhor do que o comentário registrado pelo correspondente do site Carta Maior em Berlim, Flávio Aguiar: “Décadas atrás, quando houve a catástrofe de Chernobyl, houve quem atribuisse as falhas técnicas e humanas, e a tentativa inicial de bloquear informações a algo como a ‘ineficiência’ própria do regime comunista. A história recente do Japão mostra que isso também pode se dever à ‘eficiência’ do regime capitalista. Já em Fukushima, a tentativa inicial de diminuir a extensão possível dos efeitos gerais da radioatividade, tanto por parte das autoridades quanto por parte da companhia Tepco gerou, de novo, compreensíveis desconfianças na população. Entretanto, hoje o nível e a quantidade de informação disponível é muito maior e mais rápido do que há 25 anos atrás, o que abranda de um lado, mas intensifica e dramatiza, de outro, as tentativas de minimizar os possíveis efeitos das catástrofes. De qualquer modo, fica a lição, a partir da própria história japonesa, que não é a única, sobre as tentativas de se tapar a informação com a peneira”.

*Da Redação. [Fontes consultadas: Observatório da Imprensa, Carta Maior e Le Monde Diplomatique.]

O resgate da dignidade de Virgílio

Trabalho de comissão encontra ossadas que podem ser do militante da ALN morto durante a ditadura civil-militar e que é considerado o primeiro guerrilheiro desaparecido pela repressão

Max Leone*

Passados 42 anos, surge só agora a possibilidade da família de um brasileiro encontrar a paz de espírito e a chance de enterar com dignidade os restos mortais de um parente desaparecido durante a ditadura militar. Recente trabalho de grupo formado pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério Público Federal (MPF), em São Paulo, e da Polícia Federal encontrou ossadas no Cemitério de Vila Formosa, na capital paulista, que podem ser do militante de esquerda Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, morto nos porões da repressão, durante o governo militar. Vinte ossadas foram exumadas pelos peritos, entre 21 e 25 de fevereiro deste ano no local, em busca daquela que seria a do ex-guerrilheiro da Aliança Libertadora Nacional (ALN), organização comandada por Carlos Marighella. Virgílio participou do sequestro do então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, em 1969.

“Chegaram informações no início de janeiro sobre a possível localização do corpo. O grupo delimitou um sítio de escavações no cemitério de Vila Formosa. Foi um trabalho muito minucioso. Foram feitas comparações de fotos do local em 1969, com algumas de 1972, e fotos mais atuais do cemitério para verificar as informações. Dois locais

foram marcados como possíveis covas de Virgílio Gomes”, explicou a coordenadora da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Nadine Borges, em entrevista à Ideias em Revista.

Autora do livro “Virgílio Gomes da Silva – De retirante a guerrilheiro”, a técnica judiciária Edileuza Pimenta Lima, personagem da sessão Prata da Casa do Jornal Contraponto, do Sisejufe, em novembro de 2009, destacou o trabalho que a comissão fez nas buscas das ossadas. Segundo a servidora, o “resgate” dos restos mortais de Virgílio representa um alívio para os familiares e o fim de muitos anos de angústia e revolta. “Contudo, prossegue o resgate da memória desses desaparecidos, o que é um processo permanente, e é nessa perspectiva que se desempenha o trabalho do historiador”, ressaltou, a servidora que também é historiadora.

Para Edileuza, a confirmação de que uma das ossadas é do ex-guerrilheiro seria uma excelente forma de colocar um ponto final em seu livro, sobre a vida do militante de esquerda. “Você não imagina o quanto gostaríamos de dar esse ponto final ao livro”, afirma a servidora. (Confira a entrevista).

Emoção durante as buscas

As buscas pelas ossadas em fevereiro no Cemitério de Vila Formosa foram tomadas pela emoção, conta a coordenadora da comissão. A esposa de Virgílio, Ilda da Silva, e a filha Isabel

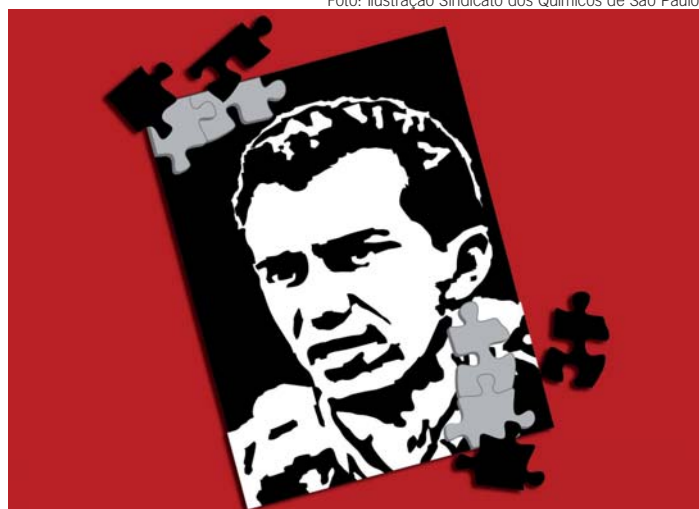


Foto: Ilustração Sindicato dos Químicos de São Paulo

Gomes da Silva acompanharam bem de perto os trabalhos dos peritos. As duas não se limitaram em apenas observar as escavações. Elas deram opiniões e informações que ajudaram a direcionar o levantamento dos técnicos. Segundo Nadine Borges, dicas das características físicas e pessoais, como dentes, altura de Virgílio, por exemplo, ajudaram muito na hora em que uma ossada era encontrada. Os corpos mais recentes e os que não tinham altura estimada de 1,70m, que era a de Virgílio, foram descartados pelos técnicos.

“Todas as informações dos familiares são imprescindíveis. E ela (Ilda) ajudou muito. A esposa disse que o marido não tinha nenhum dente na parte superior. Isso ajuda a eliminar ossa-

das que, por um acaso, apresentavam dentes. Assim, sabemos que não é a dele. Sem dúvidas, essas informações ajudam no trabalho”, afirma a coordenadora, ressaltando que Coveiros também colaboraram com informações do local.

Outra situação que emocionou a equipe que atuou no cemitério foi a certeza e a convicção da mulher de Virgílio de que o corpo dele estava mesmo enterrado naquele cemitério, e, que a qualquer momento, seria encontrado pela equipe de peritos. “Ela tem certeza que o corpo dele está enterrado no cemitério de Formosa. Eu me emocionei muito com a participação dela”, declarou Nadine Borges.

Após a chegada de informações de que os restos mortais de Virgílio estariam mesmo enterrados no cemitério de Vila Formosa, fotos foram tiradas do local para comparar com outras da mesma região feitas em 1969 e 1972. O objetivo era o de procurar semelhanças do terreno e dos espaços onde a equipe deveria iniciar as escavações. Assim, para tentar localizar as ossadas, uma primeira atividade de campo ocorreu em 21 e 25 de fevereiro. Os peritos fizeram escavações e marcaram duas possíveis áreas que poderiam ter sido a sepultura do Virgílio.

Mais de 20 ossadas foram exu-



Foto: Ramiro Furquim

Nadine Borges: emoção

madras na ocasião. O material, acondicionado em 27 sacos, foi levado para a base do Instituto Nacional de Criminalística (INC), em São Paulo, onde técnicos e peritos trabalham na identificação dos desaparecidos políticos brasileiros. As ossadas passarão por análises antropológicas feitas por especialistas. Nesta análise, eles buscarão nas ossadas características físicas que possam ser de Virgílio. Também são procurados os restos mortais de Sérgio Corrêa, outro militante que assim como Virgílio, integrava a ALN.

Segundo a coordenadora da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Nadine Borges, por orientação da presidenta Dilma Rousseff e da secretária dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, foi criado um banco de DNA para identificar as ossadas dos mortos pela repressão militar. A ideia é facilitar o trabalho de identificação dos corpos.

Em 22 de março, outras duas covas foram abertas e mais os-

sadas acabaram recolhidas e levadas para Instituto Nacional de Criminalística, em São Paulo, para serem exumadas. “Todo esse material passará por trabalho de antropologia forense. Os técnicos vão retirar material genético, mesmo sendo difícil, devido ao longo tempo que os corpos foram enterrados. Mas a tecnologia nesse campo avançou e ajudará bastante”, explica Nadine Borges.

Segundo a coordenadora da comissão, o trabalho deve levar pelo menos 120 dias. Em seguida, o material será comparado com os dados do banco de DNA dos familiares das vítimas. A secretária nacional dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, participou das escavações feitas no dia 22 de março no Cemitério de Vila Formosa.

“O mínimo dos mínimos” a ser feito

Para a presidenta do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra, o trabalho da Comissão de Mortos e Desaparecidos Polí-

ticos “é o mínimo dos mínimos” que o Estado brasileiro poderia fazer para tentar se redimir com os familiares das vítimas da ditadura. Ela reconhece que a iniciativa é importante, mas afirma ser preciso avançar muito ainda. Cecília critica a limitação da atuação da comissão e o fato de o ônus da prova continuar recaído sobre os ombros das famílias dos desaparecidos políticos. A presidenta do Tortura Nunca Mais compara o que tem ocorrido em outros países da América Latina e classifica a postura do Brasil como “muito tímida”.

“Em países como Chile, Argentina, e Uruguai houve muito mais avanço. O Pinochet (general Augusto Pinochet) ainda era comandante das Forças Armadas chilenas e foi investigado e processado. Mas a atuação do Brasil ainda é muito tímida. O que deveria ser feito é abrir os arquivos da ditadura. Não podemos virar essa página da história do país sem que ela tenha sido lida”, afirma Cecília.

A tendência do trabalho da co-

missão é que seja expandido. Antes do Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, buscas já foram feitas na Região do Araguaia, no Pará. A coordenadora da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Nadine Borges, informou que uma reunião entre a Secretaria de Direitos Humanos e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio marcará o começo do entendimento para iniciar buscas em Petrópolis, no Estado do Rio. No começo do mês de maio, a coordenadora virá à cidade serrana para iniciar os contatos e também tentar agendar uma data para o começo das escavações. É que muito possa ser revelado e esclarecido sobre esse período tão sombrio da história do nosso país.

“Petrópolis é uma pauta da comissão. Estamos fazendo um trabalho prévio de documentos sobre o que aconteceu na região”, afirmou.

*Da Redação.

Ideias Entrevista – Edileuza Pimenta Lima

Ideias – Para você que investigou e escreveu um livro sobre a vida de Virgílio, como recebeu a notícia de que as ossadas podem estar prestes a serem identificadas no Cemitério de Formosa em São Paulo?

Edileuza Pimenta Lima – No último capítulo do livro afirmamos que a dificuldade na localização do corpo de Virgílio – que sabia-se, há muito, estar em Vila Formosa – não poderia ser suficiente para se desistir do intento de enterrá-lo com dignidade. As buscas se tratavam, sobretudo, de vontade política. E é com muita expectativa que acompanho este momento.

Ideias – Qual a importância do trabalho da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, neste caso e no de outros militantes que sumiram durante a ditadura?

Edileuza – A luta da comissão é por verdade e justiça e contra a impunidade. As bárbaras violações de direitos humanos cometidas duran-

te a ditadura, como torturas e desaparecimentos forçados, não podem ser esquecidas, e seus perpetradores precisam ser punidos para que tais práticas nunca mais aconteçam. Ao mesmo tempo, toda a sociedade precisa saber o que de fato ocorreu durante a longa noite da ditadura, e, é por isso que também destaco a incansável luta da comissão pela abertura dos arquivos.

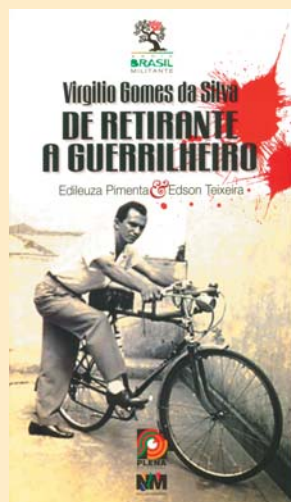
Ideias – O que, em sua avaliação, esse “resgate” poderá representar para os familiares de Virgílio e de outros desaparecidos?

Edileuza – Quando uma família finalmente consegue enterrar seu ente querido de forma digna, completa-se o processo de luto. Esse é um ritual básico de todas as sociedades, a despedida dos mortos, processo sem o qual um indivíduo tem grande dificuldade de seguir em frente. Portanto, o “resgate” do corpo repre-

senta um alívio para os familiares, o fim de muitos anos cheios de angústia e revolta. Contudo, prossegue o “resgate” da memória desses desaparecidos, o que é um processo permanente, e é nessa perspectiva que se desempenha o trabalho do historiador.

Ideias – Esse trabalho da comissão poderá resultar em novos projetos. Você vai continuar com publicações nesse campo?

Edileuza – Especializei-me no estudo do período ditatorial e o tema da resistência armada contra a ditadura me é muito caro. Venho trabalhando há cinco anos na história da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização guerrilheira da qual Virgílio Gomes da Silva foi um destacado líder. Esse é um projeto imenso e ambicioso, dada a quantidade extraordinária de livros, documentos e outras fontes a serem consultados. Tenho muitos anos de trabalho pela frente antes de vê-lo concluído.



Ideias – Você acha que se for mesmo confirmado que os restos mortais encontrados em São Paulo são de Virgílio, será um bom ponto final no seu livro sobre a vida dele?

Edileuza – Você não imagina o quanto Edson Teixeira (coautor) e eu gostaríamos de dar esse ponto final ao livro.

Ideias – Por que Virgílio é considerado o primeiro desaparecido da ditadura militar?

Edileuza – Após a publicação da biografia de Virgílio Gomes da Silva, tive contato com novas informações. Hoje posso afirmar que ele foi, sem dúvida, o primeiro guerrilheiro desaparecido, o primeiro desaparecido entre aqueles que pegaram em armas contra a ditadura, mas não o primeiro desaparecido político. Pesquisas recentes realizadas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos registram o desaparecimento de cinco pessoas antes de Virgílio, militantes do PCB e/ou Ligas Camponesas, além de um estudante. O primeiro desaparecimento político, segundo os familiares, ocorreu já em 1964. (Max Leone)

Intervenção diversionista

A “intervenção humanitária” na Líbia, assim como foi no Iraque, quer mesmo é petróleo. Mas mais do que o óleo barato do deserto líbio, o objetivo é manter longe da democracia e dos olhares da mídia o grande barril da Arábia Saudita

Vinicius Souza
e Maria Eugênia Sá*

Depois do apoio ao golpe de estado em Honduras e da continuidade da prisão de Guantánamo em Cuba e das guerras no Iraque (onde mais de um milhão de civis foram mortos) e no Afeganistão (de onde recentemente surgiram novos vídeos e fotos de soldados estadunidenses matando civis e vilipendiando os cadáveres), o “prêmio Nobel da Paz”, Barack Hussein Obama, lançou mais uma “intervenção humanitária”, desta vez na Líbia. O apoio militar à oposição a Muammar Al Gaddafi, os chamados “freedom fighters” (ou lutadores da liberdade), foi autorizado desde o Brasil (país que se absteve de votar na Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU que liberou “todos os meios necessários” para criar uma zona de exclusão aérea que “preservaria a vida de civis” na Líbia) e incluiu em suas primeiras 24 horas, o lançamento de 45 bombas com quase uma tonelada de explosivo cada e ogivas de urânio empobrecido, que queimam a 10.000°C e lançam um pó negro com partículas de 5 micra de diâmetro do extremamente tóxico óxido de urânio, com vida média de 4,5 milhões de anos. No começo de abril, os próprios rebeldes reclamaram com a Otan (aliança militar controlada pelos EUA que atualmente comanda os ataques) pela morte nos bombar-

deios de pelo menos 17 “freedom fighters” e cerca de 50 civis na cidade de Brega.

Dias antes, o Secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates (que se opôs abertamente à criação de uma nova frente de guerra na Líbia) esteve reunido com os dirigentes do Bahrein, uma pequena monarquia no Golfo Pérsico onde “coincidentalmente” está estacionada a 5ª Frota estadunidense e que enfrentava à bala protestos pacíficos que reuniam na Praça Pérola a maioria da população do país. Provavelmente ele fora transmitir ao príncipe herdeiro, Hamada Al Khalifa, a posição oficial que Obama declararia na TV em 28 de março: “Não podemos dar as costas a esses movimentos de mudança. Temos de estar ao lado dos que têm os mesmos princípios que nos guiam: nossa oposição à violência direta de um regime contra seu próprio povo e nossa defesa de direitos universais, incluída a liberdade de expressão e de escolher seus próprios representantes”. Ao mesmo tempo, o Conselho de Cooperação do Golfo mantinha tropas da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos no Bahrein para esmagar a revolta popular e literalmente destruir a praça, de modo a quebrar o símbolo e impedir a continuidade dos protestos. Oito entidades da sociedade civil do país emitiram um apelo à comunidade internacional. Mas não houve qualquer discussão na ONU sequer

sobre sanções ao regime, muito menos “intervenção humanitária”.

O mesmo tem acontecido no Iêmen, onde os constantes massacres de opositores nas últimas semanas levaram até à renúncia de ministros e embaixadores, mas não à queda do presidente Ali Abdallah Saleh, no poder há 32 anos. Aliás, os mortos em protestos no Bahrein, no Iêmen, nos Emirados Árabes e na Jordânia têm recebido cada vez menos destaque no noticiário, ao contrário de qualquer embaixada na Líbia, Síria e Irã. Isso para não falar na pífia repercussão das dezenas de mortes de palestinos em Gaza e na Cisjordânia pelas “forças de segurança” de Israel em “resposta” a mísseis que, ora vejam só, feriram alguns israelenses. O maior ausente das TVs e jornais, contudo, é o único país do mundo que recebeu o nome da família que o governa em regime de monarquia absolutista e hereditária: a Arábia Saudita. Nesse próspero e feliz reino onde estão as duas mais sagradas cidades do islamismo, Meca e Medina, não existem eleições, partidos políticos ou congresso. As mulheres são proibidas de trabalhar, de sair às ruas e mesmo de procurar ajuda médica sem a presença de um parente homem e a população vive sob uma das formas mais severas da lei islâmica. A Sharia, aliás, foi invocada pelo rei Abdullah Aziz Al Saud para proibir totalmente qualquer tipo de manifestação, marcha ou ato, incluindo suas convocações,

o que foi rigorosamente aplicada pela polícia.

EUA plantaram ditaduras títeres por toda a região

A diferença primordial entre essas duas “classes” de países não está na África ou no Oriente Médio em si, mas na história e nas relações com os Estados Unidos. Toda a região, depois da queda do Império Otomano, foi dividida entre os impérios europeus. Com o fim da Segunda Guerra, o novo império ocidental dominou o mundo árabe, plantando ditaduras títeres a seu bel prazer. Foi nessa guerra que os EUA, então maior produtor de petróleo do mundo, entenderam que o recurso seria o mais estratégico das próximas décadas. Vem daí o tratado, mantido até hoje, firmado no início de 1945 entre o presidente Franklin Roosevelt e o rei Abd Al-Aziz Al Saud, que permitiu uma parceria comercial para a exploração do petróleo e “modernização” da Arábia Saudita em troca da “proteção” da primeira de muitas bases estadunidenses no Oriente Médio.

O primeiro “inimigo” dos EUA na região foi o Irã, cujo primeiro-ministro eleito democraticamente, Mohammed Mossadegh, nacionalizou o petróleo em 1951 apenas para ser deposto por um golpe de estado urdido pela CIA que entronizou em 1953 a ditadura do Xá Reza Pahlevi, deposto em 1979 por uma revolução popular, inicialmente



de orientação socialista, que levou aos governos atuais. O segundo “inimigo” foi o Iraque que, junto à Venezuela, criou em 1960 a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) tirando das empresas ocidentais o controle sobre os preços do produto. Não importa o quanto o Iraque tenha ajudado os EUA com a guerra contra o Irã, Tio Sam iria dar o troco em 1991 e 2003. E o sadismo de Saddam Hussein tem tanto a ver com isso quanto as supostas “armas de destruição em massa”. Já a Líbia de Gaddafi, foi o primeiro país a conseguir, na virada de 1969 para 1970, inverter a tradicional relação entre países produtores e empresas exploradoras, obtendo 55% dos lucros do petróleo.

Gaddafi seduziu boa parte da esquerda do planeta em 1969 quando, à frente de outros 12 “oficiais independentes”, derrubou o governo corrupto do rei Idris, tomou duas das maiores bases estrangeiras da época (uma dos EUA em Trípoli e outra da Inglaterra próxima a Benghazi) e formou um governo baseado em “comitês populares”. Ele também angariou simpatias quando deu apoio total à luta palestina, mas perdeu parte da aura ao financiar o terrorismo internacional. Ultimamente, era

apenas uma caricatura do antigo líder anti-imperialista que pregava o pan-arabismo. Seu gesto final de decadência foi o acordo de 2008 com Berlusconi, quando levou o “buga-buga” para a Itália e trocou um pedido de desculpas pelas atrocidades fascistas da colonização (1911 a 1942) por um fornecimento privilegiado de petróleo (26% do consumo italiano) e uma brutal repressão contra os barcos de africanos pobres que cruzam o Mediterrâneo saindo do litoral líbio. Como no caso do Iraque, os EUA apenas esperavam o momento certo para derrubar ex-readmitido “parceiro” e atual ditador. Esse momento chegou com as revoltas árabes e velhas alianças imperialistas foram refeitas.

Ninguém se importou, e nenhuma TV mostrou, quando em novembro de 2010 o Marrocos sufocou violentamente um protesto pacífico no Saara Ocidental, ocupado desde 1975. Ao contrário, a França vetou qualquer investigação sobre o caso no Conselho de Segurança da ONU. Quando os protestos eclodiram na Tunísia, a ex-ministra dos Negócios Estrangeiros, Michèle Alliot-Marie, ofereceu ajuda da polícia francesa para reprimir “mais eficientemente” os manifestantes na antiga colônia

Na Arábia Saudita, nesse próspero e feliz reino onde estão as duas mais sagradas cidades do islamismo, Meca e Medina, não existem eleições, partidos políticos ou congresso. As mulheres são proibidas de trabalhar, de sair às ruas e mesmo de procurar ajuda médica sem a presença de um parente homem e a população vive sob uma das formas mais severas da lei islâmica

que ainda recebia os turistas sexuais europeus, inclusive com menores de idade, nos Club Méditerranée do país. Ainda assim, o ditador Zine Ben Ali não suportou a pressão das ruas. Mas quando nem Israel nem os EUA conseguiram manter o governo do sempre confiável Hosni Mubarak e muito menos emplacar seu “vice”, o senhor Omar “tortura” Soliman, no mais importante país árabe da África e berço do pan-arabismo de Gamal Abdel Nasser, ficou claro o potencial das revoltas de atingirem a “joia da coroa”, a Arábia Saudita.

Os EUA já não podiam ficar apenas observando o povo tomar o poder em suas mãos e agiram como sempre agem, criando guerras reais e midiáticas para proteger seus interesses hegemônicos e garantir o con-

trole absoluto sobre as maiores reservas de petróleo do mundo. Como admitiu o editorial do Wall Street Journal menos de uma semana depois da queda de Mubarak, lamentando o fato: “os ditadores pró-EUA têm mais escrúpulos morais do que os anti-americanos como os do Irã”. Essa tem sido a doutrina dos EUA desde que se tornaram uma potência mundial e que se expressa ainda mais claramente na sempre citada frase do mesmo Franklin Roosevelt, em 1936, sobre o então ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza: “Pode ser um filho da puta, mas é nosso filho da puta”. Sem dúvida os reis da Arábia são os “filhos prediletos” da “América”.

*Jornalistas.

A gestão pública federal no governo Dilma: o que esperar?

Vera Miranda*

Ao longo das duas últimas décadas, o funcionamento do aparelho do Estado brasileiro tem sido questionado de forma mais contundente quanto ao modo como é administrado pelos governos sob a ótica da eficiência e efetividade na prestação de serviços e garantia de direitos. São duas demandas cada vez mais intensas numa sociedade em franca ascensão econômica e que paulatinamente vai entendendo os preceitos da cidadania plena.

O objetivo deste artigo – cuja primeira parte é apresentada nesta edição de Ideias em Revista e a segunda virá na edição de maio e junho – é produzir uma abordagem sobre estes modelos, estas demandas sociais, tendo como parâmetro a necessidade de produzir por dentro do Estado brasileiro políticas de gestão que produzam acúmulo teórico e prático do ponto de vista da classe trabalhadora e da esquerda política brasileira em geral.

Premissas e caracterização do Estado

O Estado Brasileiro não é neutro nem pode ser soberano – no sentido de estar acima das lutas de classe. A figura do Estado existe para a garantia de direitos e proteção à propriedade de uma sociedade. Sendo assim, o Estado reflete a relação existente numa sociedade dentro de um sistema que organiza as relações e o modo de produção. É um Estado de Classe. No caso específico brasileiro, o Estado é liberal e capitalista quanto ao modelo.

A primeira premissa para esse modelo é que a busca pela reorganização do modo de administrar o Estado, é – em última instância – provocada pela necessidade de adequação ao modo de produção capitalista, ou seja, o Estado ao buscar a reorganização, atualização ou mesmo adequação às novas tecnologias e processos de trabalhos, o faz buscando atender as exigências de uma sociedade que é espelho da sua classe social dominante, para a manutenção do sistema capitalista e do seu modo de produção

A primeira premissa para esse modelo é que a busca pela reorganização do modo de administrar o Estado, é – em última instância – provocada pela necessidade de adequação ao modo de produção capitalista, ou seja, o Estado ao buscar a reorganização, atualização ou mesmo adequação às novas tecnologias e processos de trabalhos, o faz buscando atender as exigências de uma sociedade que é espelho da sua classe social dominante, para a manutenção do sistema capitalista e do seu modo de produção.

A segunda premissa, nesse modelo, é que o limite das transformações possíveis, se dá na consolidação de ferramentas e mecanismos de superação das desigualdades e de inclusão social, ainda dentro dos marcos do capital.

A terceira premissa, para entender a gestão nos dias atuais, é a caracterização do governo Dilma, como uma continuidade do governo Lula, porém com perfil próprio de pensar os mecanismos de gestão. Os objetivos são iguais, os mecanismos

para alcançá-los nem sempre. O governo Lula teve perfil democrático popular, de forte tendência republicana e, no primeiro mandato, houve a reconstrução de um Estado mais presente na sociedade, e que – apesar do forte viés fiscalista – iniciou os programas de transferência de renda e diminuição de desigualdades sociais. Este mesmo governo teve, em seu segundo mandato, o aprofundamento das políticas implantadas no primeiro e que – já com predomínio do viés desenvolvimentista – amplia e consolida políticas públicas na área da ação social que podem (se transformadas em políticas de Estado) provocar mudanças na correlação de forças a médio e longo prazo na disputa do modelo de Estado – acumulando para o processo superação do sistema capitalista. O que, como veremos adiante, é de difícil concretização.

Não se permite aqui estabelecer como objetivo estratégico do anterior e do atual governo, a superação do capital. Muito pelo contrário, a característica do governo Lula consistiu na

busca na promoção do desenvolvimento e na diminuição das desigualdades dentro dos marcos do sistema capitalista. Do governo Dilma não se pode esperar mais que a manutenção desse patamar de atuação que, diga-se, conta com a aprovação da grande maioria da população. O ascenso do processo revolucionário, tão emblematicamente defendido pela esquerda brasileira durante os anos de chumbo e mesmo na consolidação do processo democrático do país, caminha hoje a passos mais tímidos e ainda mais conservador que a atual social-democracia. Esse é um processo, então, que ensina que cada pequeno passo é importante se não perdermos de vista o horizonte estratégico.

Tomando como verdadeira a primeira premissa, um governo que se caracteriza como democrático popular e de viés republicano, deve conduzir a administração da máquina pública de forma que, nos processos de modernização, atualização ou ajustes das ferramentas de gestão, possa garantir efetividade

nas políticas públicas apresentadas pelo Estado e construir ferramentas e processos peregrinos de inclusão social, de transferência de renda, e de realização de direitos que visem à diminuição das desigualdades sociais geradas pelo modo de acumulação do próprio sistema capitalista.

Sendo a segunda premissa verdadeira, podemos dizer, então, que o **primeiro desafio** de uma gestão que busca se consolidar como republicana e que apenas no segundo mandato o viés desenvolvimentista conseguiu emplacar, é fazer com que mecanismos e ferramentas de gestão possibilitem que políticas estruturais de superação de desigualdades e de inclusão social, deixem de ser políticas de governo e passem a ser políticas de Estado.

O segundo desafio é ter hoje mais presença do Estado na prestação dos serviços e realização de direitos, mas é também construir mecanismos de acumulação como base no horizonte estratégico da superação dos marcos do sistema capitalista e do Estado liberal como conhecemos, rumo à superação do próprio Estado como modo de organização da sociedade.

O terceiro desafio é preparar o Estado para não desacomular quando vier a alternância de poder.

Analizando os três desafios

O que sustenta a possibilidade de políticas de acumulação para a transição dentro de um Estado capitalista como o brasileiro, é o casamento entre o modo de estruturação do modelo desenvolvimentista (com forte investimento em políticas públicas na área social), com ferramentas e tecnologias de gestão para a administração da máquina pública que sejam democratizantes, e introduzam mudança cultural para um modelo socialmente referenciado.

O serviço público é a face do Estado que interage com a população. Especialmente na área de ação social e de realização de direitos individuais e coleti-

vos, tais como acontece no acesso à justiça, saúde, educação, previdência e geração de emprego e renda, a caracterização do Estado é desvendada pela gestão dos órgãos da administração pública e pela forma como a prestação dos serviços pelos servidores públicos acontece. Ainda no governo Lula, ou na transição de continuidade com Dilma, existem sinais de que esta combinação, de modelo de desenvolvimento com gestão administrativa democratizante e socialmente referenciada, precisa ser disputada como uma referência.

O nosso foco consiste em analisar os avanços, limites e contradições que a Gestão Pública ganha durante o governo do Presidente Lula já que a continuidade será a marca do governo Dilma nessa questão. Precisamos verificar se existe validade nesse modelo do ponto de vista de lançar mão de ferramentas de gestão que, consolidadas como ferramentas do Estado, fortaleça a ação do mesmo.

Sobre o modelo Desenvolvimentista e a Gestão do Aparelho do Estado

Os diversos modelos adotados para a administração do aparelho do Estado possuem, dentro da sua formatação, elementos da visão ideológica que cada um dos governos tinha sobre o Estado e de como esta visão reflete a classe dominante na sociedade e seu modo de organização. Tão relevantes quanto os elementos ideológicos, são os aspectos referentes à modernização administrativa assimiladas de experiências oriundas do setor privado. Ou, ainda, as experiências internacionais do setor público e as mudanças do mundo do trabalho, bem como as novas tecnologias – exemplificadas com a revolução no processamento e transmissão de informação criada pela internet.

Ao longo das últimas décadas, no Brasil, não somente se ampliou o contingente da população que demanda acesso ao ser-

viço público (na busca da prestação dos serviços para efetivamente realizar os seus direitos), como também consciência de que estes serviços devem ser prestados de forma mais célere, com alta qualidade e de forma eficiente. A eliminação do gargalo no acesso à prestação dos serviços, principalmente nas áreas sociais, e a efetividade social na realização dos mesmos, é a exigência da sociedade atual e o desafio deste e de futuros governos.

A caracterização do governo atual quanto ao modelo de gestão pública é de aprofundamento do modelo de Orientação por Resultados, agora na vertente que se denomina de Orientação para o Serviço Público, e que tem como características principais a preocupação com a qualidade do serviço prestado, incluindo técnicas de gerenciamento para a qualidade total, o desejo de alcançar a excelência e que estabelece a missão organizacional como elemento norteador para obtenção da mesma, incluindo nesta caracterização a atenção aos valores e opinião dos usuários, valorizando a cidadania, a responsabilidade social, o gerenciamento de políticas públicas e a garantia de participação e responsabilidade na gestão.

Neste sentido, a política pública de gestão do aparelho do Estado publiciza como premissa a sustentação de um projeto de Estado ativo na gestão das políticas públicas e na indução do desenvolvimento. É uma visão de Estado que lança mão de ferramentas de participação da sociedade tais como conferências, consultas públicas e conselhos. Uma visão de Estado que pretende investir no aumento da produtividade de serviços, estabelecendo centralidade na política de recomposição do quadro de pessoal e na instituição de serviços públicos profissionalizados que contribuam ativamente para a execução das políticas públicas. [continua]

A caracterização do governo atual quanto ao modelo de gestão pública é de aprofundamento do modelo de Orientação por Resultados, agora na vertente que se denomina de Orientação para o Serviço Público, e que tem como características principais a preocupação com a qualidade do serviço prestado, incluindo técnicas de gerenciamento para a qualidade total, o desejo de alcançar a excelência e que estabelece a missão organizacional como elemento norteador para obtenção da mesma, incluindo nesta caracterização a atenção aos valores e opinião dos usuários, valorizando a cidadania, a responsabilidade social, o gerenciamento de políticas públicas e a garantia de participação e responsabilidade na gestão.

O novo modelo é bom ou ruim? Se o paradigma alternasse transversalidade com isonomia, visão sistêmica da administração da máquina pública, quadro único de pessoal, forte investimento em qualificação e capacitação para o fazer, então o modelo poderia ser qualitativamente interessante. Sem visão sistêmica e isonomia das carreiras similares, a matriz da transversalidade propõe apenas recriar novos formatos paliativos de tratar no âmbito da gestão de pessoas, demandas da administração pública. As carreiras transversais de hoje se equivalem às do Ciclo de Gestão, na década de 90.

Para isso, algumas medidas importantes têm sido implantadas na Administração Pública Federal (APF), ainda que com passos muito tímidos, tais como a discussão de uma nova visão sobre as carreiras e cargos que compõe a APF, suas complexidades e a necessidade de contrapor e superar as diferenciações estabelecidas para o modelo de carreira típica de Estado, implementado na Era Bresser.

Isto não quer dizer, no entanto que houve um abandono total do modelo. Se é verdade que no governo Lula a gestão da APF entendeu como necessária a organização dos servidores em cargos e carreiras, como contraponto ao modo de pensar do modelo Bresser (que entendia a necessidade de carreira apenas no âmbito dos que planejam e gerenciam a máquina estatal, além dos que executam serviços exclusivos), também é verdadeiro que no modelo pensado para o governo Lula há sim um foco no enxugamento das funções necessárias ao funcionamento do aparelho do Estado com o chamado efeito da elitização e foco nas atividades especializadas ou ditas de área fim.

Sendo assim, o modelo de gestão do governo Lula não conseguiu superar de fato a terceirização, embora tenha um investimento significativo em concurso público. Aqui, o fenômeno da terceirização não está caracterizado como parte de uma polí-

tica de desmonte do Estado, mas sim como opção à manutenção das funções e atividades básicas ou não especializadas como funções/atividades permanentes das instituições públicas. Dessa forma, entendemos a terceirização como um grave limitador da consolidação de modelo que possibilite acumular na perspectiva de alternância do poder. A terceirização abre a brecha para a descaracterização da forma de execução das políticas públicas e pode ser utilizada como elemento estruturante de contra expansão na realização do serviço.

O diagnóstico do governo Lula para o aparelho do Estado era de que faltava profissionalização e especialização na gestão das políticas públicas do Estado, seja na área social, seja na área de fomento às políticas desenvolvimentistas estabelecidas. Para preencher esta lacuna, o Estado investe na criação de carreiras para dar sustentação a estas políticas, tais como a carreira de analista e especialista em infraestrutura (para dar sustentação às políticas do PAC, entre outras) com foco na captação de profissionais especializados com grau superior; a carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de Ação Social (para gestar as políticas públicas nas áreas como saúde, previdência, geração de emprego e renda etc.) que também tem foco em áreas especializadas de assistência técnica, monitoramento e avaliação de programas na área social.

O que busca a nova matriz para a organização do processo de trabalho

Também, para as atividades da área administrativa e de logística, foi encaminhado para a Câmara dos Deputados o projeto de uma carreira para profissionais de grau superior denominada de carreira de Analista Executivo – que perpassaria diversos ministérios. A nova matriz para a organização do processo de trabalho na administração pública busca abandonar a chamada organização por atividade finalística e passa a construir a transversalidade como centro da organização, na perspectiva de manter poucos núcleos fixos.

O novo modelo é bom ou ruim? Se o paradigma alternasse transversalidade com isonomia, visão sistêmica da administração da máquina pública, quadro único de pessoal, forte investimento em qualificação e capacitação para o fazer, então o modelo poderia ser qualitativamente interessante. Sem visão sistêmica e isonomia das carreiras similares, a matriz da transversalidade propõe apenas recriar novos formatos paliativos de tratar no âmbito da gestão de pessoas, demandas da administração pública. As carreiras transversais de hoje se equivalem às do Ciclo de Gestão, na década de 90.

Dessa forma, o governo vem apresentando uma reestrutura-

ção dos órgãos e carreiras da APF, num processo na maioria das vezes unilateral, em que pese ter existido movimentos teoricamente participativos como a Conferência Nacional de Recursos Humanos da APF que, na prática, não conseguiu estabelecer um debate mais aprofundado sobre as transformações necessárias ao aparelho do Estado. Dessa forma, a fragilização do debate de reestruturação das carreiras, sem uma discussão efetiva das Diretrizes de Planos de Carreira (DPC) e da ferramenta da Ascensão Funcional, entre governo, trabalhadores e sociedade organizada, aponta para tensionamentos naturais quando surgem iniciativas unilaterais do governo que interferem na relação de trabalho do setor público.

Ainda aqui, entendemos que falta o investimento na democratização e no elemento da cogestão como forma de alcançar um modelo factível de operar uma reforma do aparelho do Estado que acumule face ao processo de transição. Erra o governo ao não estabelecer de fato e em algumas vezes de direito, os trabalhadores do setor público como parceiros na construção deste processo.

*Engenheira especialista em Gestão Pública. Assessora Política do Sisejufe.

Brasil perdeu, em março, dois religiosos perseguidos pela repressão

Dois religiosos que marcaram a luta da Igreja Católica na defesa dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar (1964–1985), morreram no último mês de março. No sábado, 5 de março, morreu a madre Maurina Borges da Silveira, aos 87 anos, no convento de sua comunidade, a Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição. Ela sofria do Mal de Alzheimer e teve falência múltipla dos órgãos, em Araraquara (SP). No domingo, 27 de março, morreu, aos 88 anos, o padre José Comblin – um dos mais importantes intelectuais da Teologia da Libertação. Ele estava hospedado na comunidade Recanto da Transfiguração, no município baiano de Simões Filho, em tratamento de saúde, quando sofreu um ataque cardíaco.

Conhecida como Irmã Maurina, ela tinha 43 anos quando foi presa, em outubro 1969, acusada de envolvimento com militantes das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). A religiosa foi retirada de camburão do Lar Santana, um orfanato de meninas em Ribeirão Preto, onde era a superiora, levada para a delegacia da cidade por agentes da Operação Bandeirantes (Oban). No orfanato estavam abrigados militantes das FALN e, segundo consta, Maurina não



Fotos: reprodução da Internet



tinha conhecimento de que no local eles imprimiam um jornal considerado “subversivo”. A madre foi torturada com choque elétrico, obrigada a assinar um documento em que se declarava comunista e, depois, removida para o Presídio Tiradentes – para onde, na mesma época, foi levada a então militante Dilma Rousseff – e, depois, para o Presídio Tremembé. De acordo com o ex-arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, foi a prisão de Irmã Maurina que lhe motivou a iniciar sua “luta pela justiça social”.

O episódio marcou a mobilização de grandes parcelas da Igreja Católica em defesa dos direitos humanos – os delegados que a prenderam Irmã Maurina foram excomungados à época. No início de 1970, ela foi trocada, com outros quatro presos, pelo cônsul japonês

Nobuo Okuchi, que fora sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A contragosto, exilou-se no México, de onde só retornou em 1979 com a Anistia. Na volta ao País (Maurina nasceu numa localidade do Triângulo Mineiro chamada Perdizes) foi proibida pela igreja de falar sobre o assunto e permaneceu reclusa. Nas raras entrevista que deu, nunca demonstrou rancor com os torturadores.

Belga, Comblin dedicou-se ao Brasil

Natural de Bruxelas, o padre José Comblin chegou ao Brasil em 1958 atendendo ao apelo do papa Pio XII, que no documento O Dom da Fé pedia missionários voluntários para regiões com falta de sacerdotes. Depois de trabalhar em Campinas e passar uma temporada lecionando

no Chile, na Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Santiago, Padre Comblin foi para Pernambuco, em 1964, quando D. Helder Câmara foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife e tornou-se um de seus mais importantes assessores. Participou do primeiro grupo da Teologia da Libertação. Perseguido pelo regime militar, foi detido e deportado, em 1972, ao desembarcar no aeroporto de volta de uma viagem à Europa.

Esteve na raiz das equipes de formação de seminaristas no campo em Pernambuco e na Paraíba (1969), do seminário rural de Talca, no Chile (1978) e, depois, na Paraíba, em Serra Redonda (1981). Estas iniciativas deram origem à chamada Teologia da Enxada, que tinha o objetivo de formar sacerdotes e missionários populares, com uma metodologia adequada à realidade camponesa. Padre Comblin dedicou-se prioritariamente à formação de lideranças populares.

Além disso, esteve na origem da criação dos Missionários do Campo (1981), das Missionárias do Meio Popular (1986), dos Missionários formados em Juazeiro da Bahia (1989), na Paraíba (1994) e em Tocantins (1997). Padre Comblin era um dos maiores teólogos em atividade no Brasil. Deixa-nos uma vasta e importante obra teológica. Entre suas obras estão: “A Teologia da Libertação” e “A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina”.

*Da Redação, com agências de notícias.

Seja mais feliz, Sossô, assuma seu lado gay!

Meu primo, gay assumido e feliz, Florêncio Pedra Lilás, escreveu ao deputado Jair Bolsonaro uma alegre carta sobre a nova polêmica que o envolve. Além de ser um gay assumido e feliz, Florêncio é terapeuta e quer que toda a humanidade libere suas energias reprimidas. No caso de Bolsonaro, Fulgêncio defende o libera geral, leia a carta – cuja cópia tive a privilégio de receber:

“Sossô, choquei! Fiquei rosa-chiclete com seus chilikques fascistoides. Franca-mente, Sossô, por que esse bafão contra nós, gays? Freud já explicava que certas pulsões que temos escondem nossos medos. No caso da homofobia, é famoso e conhecido que é o horror a assumir seu lado gay. Sossô, cá entre nós, libera geral! Sai do armário, santa! Fiquei arrepiadíssima ao ver sua barriga depilada no programa CQC—olha a loka! Diga para mim, toda aquela camaradagem, aquele abraço coletivo nas amigas de acampamento... tava rolando um clima, tava não?”

Morri com essa história cafona de ser contra a “promiscuidade” de transar com negras. Teu babies não foram criado em “ambientes” como o da Preta Gil? Tô passada! Deve ter sido uó não poder conviver na infância com Caetano Veloso, Capinam, Chico



Buarque, Maria Bethânia, Gal Costa, Tom Zé, Milton Nascimento, Tom Jobim...

Para eu não te gongar fazendo a egípcia, sai logo deste armário, Sossô! Se tiver em casa, queima o exemplar de Mein Kampf e sai cantarolando It's raining men – baladas purpurinadas pra gente como nós é o que há! Tanto preconceito e ódio contra os gays, querida, Freud diria, deve ser paixão antiga não correspondida por um sargento negro (adooooooro!). Deve ser terrível ser despre-

zado por um bofe de mais baixa patente.

Fiquei bege depois de te ver no programa de televisão! Nunca mais te chamo de Bolsonaro, agora só vou te chamar pelo seu apelido mais íntimo de noitadas inconfessáveis: Sossô! E me despeço com nosso grito de guerra (que lembra o som que faz a sua arma predileta, aquela que você batizou de “Liberdade de Expressão!): PAM! PAM! PAM! Veja bem, meu bem: Passivas até a Morte! Se joga Sossô!”

Bem, eu continuo com raiva de toda a boçalidade do Bolsonaro, mas confesso que a alegria de meu primo gay me fez rir e meditar um pouco. Se boa parte dos idiotas homofóbicos se liberassem e se assumissem, garanto, a humanidade seria menos violenta e muito mais alegre, colorida e feliz!

Fulgêncio é alcoólatra, hipocôndrico e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

Sindicato oferece benefícios da milenar Medicina Tradicional Chinesa

Max Leone*

O estresse e o corre-corre do dia a dia podem provocar uma série de problemas em nosso corpo e em nossa mente. Dores lombares, na coluna, entorses, depressão, sinusite e rinite, entre outros males, provocam transtornos e pioram a qualidade de vida das pessoas. E para tratar dessas mazelas, uma boa pedida é buscar os benefícios proporcionados pela milenar Medicina Tradicional Chinesa (MTC). Os servidores do Judiciário Federal no Rio sindicalizados têm a sua disposição um profissional especializado que oferece o tratamento pela MTC.

Desde março de 2009, o fisioterapeuta e acupunturista Antônio Carlos Lopes, de 46 anos, atende na sede do Sisejufe, em uma sala especialmente preparada. Entre as técnicas terapêuticas desenvolvidas por ele estão acupuntura, shiatsu, aurículo terapia, reflexologia podal, massagem, moxabustão, drenagem linfática, crochegagem, tens e ultrassom.

“As técnicas da MTC ajudam a melhorar a qualidade de vida, o que acaba refletindo no trabalho e no relacionamento das pessoas. Se você está mal emocionalmente, o corpo sente e a MTC atua neste sentido. O objetivo é tratar não só os sintomas, ma, sim, a causa do problema”, explica Antônio Carlos.

A pensionista Dirce Maria Barros Magioli, de 48 anos, é um bom exemplo dos efeitos positivos que a MTC proporciona. Há quatro meses, ela tem consultas semanais na sede do sindicato para tratar as fortes dores no joelho e a depressão que sofreu após a morte do marido, o servidor e ex-diretor do Sisejufe Marco Antônio Magioli. Ela faz acupuntura e massagens. “O trata-

mento deu resultado. Melhorei da depressão e das dores no joelho. Sem contar que o Antônio Carlos é muito atencioso, um profissional nota 10. O tratamento até me ajudou a emagrecer também”, atesta Dirce, que também participa das reuniões mensais (todas as últimas terças-feiras de casa mês) do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe.

Segundo Antônio Carlos, casos de dores na coluna em geral, além de sinusites e rinites, têm alívio imediato com o tratamento com a MTC. Mas ele cita que em algumas situações é preciso fazer uma série de consultas. “Problemas do tipo esporão calcâneo, se cura com pelo menos cinco atendimentos. Isso depende de cada paciente também”, calcula.

O atendimento é feito de segunda à sexta-feira, das 9h às 15h. Para agendar, basta ligar para 2215-2443 e marcar a hora. A consulta custa R\$ 15 para sindicalizados e dura de 40 minutos a uma hora. No primeiro atendimento, o paciente faz uma avaliação do problema para definir qual o tratamento mais adequado. No dia da consulta, o servidor deve trazer roupas curtas e confortáveis, como calções, bermudas e camisetas.

Há tratamento também para quem quer largar o vício do fumo, além de colocar um fim naquela indesejável “barriguiinha”. Os que apresentam problemas crônicos que exigem tratamento contínuo devem apresentar exames de ressonância magnética, raio X e ultrassonografia, conforme o caso. Antônio Carlos tem em seu currículo trabalhos com a Seleção Brasileira de Futebol de Areia, entre 2002 e 2007.

*Da Redação.



Foto: Max Leone

O fisioterapeuta Antônio Carlos Lopes explica as técnicas

Shiatsu - Método terapêutico japonês que tem como princípio a pressão digital aplicada pelo terapeuta nos meridianos — que são canais de energia onde circula o *chi*, a energia vital. Esta pressão aplicada em pontos localizados nos canais reequilibra a energia vital, melhorando a saúde física e mental. Alivia as tensões e o estresse.

Aurículo Terapia — Na Medicina Tradicional Chinesa, as orelhas são microsistemas que podem tratar todo o corpo por meio de estímulos em pontos localizados no pavilhão auricular. O tratamento reequilibra e regula todo o sistema digestivo e neuro funcional. É indicada para aliviar estresse, ansiedade, perda de peso, para parar de fumar, problemas crônicos como insônia, dores lombares, cervicalgias, fibromialgia, entre outros problemas.

Reflexologia Podal — Os pés também representam microsistemas que podem tratar de todo o corpo.

Podem ser usados no tratamento com pressões digitais, agulhas de acupuntura, moxabustão.

Crochetagem — É uma técnica desenvolvida pelo fisioterapeuta suíço Kurt Ekmann e pelo ortopedista belga James Cyriax. Devido à dificuldade de alcançar com as mãos os músculos profundos da anatomia humana nessa técnica é usado um gancho que facilita a quebra dos cristais de cálcio formados por processos inflamatórios ou pós-cirúrgicos. É indicado para fascite plantar, esporão calcâneo, estiramento muscular, retração muscular, fibrose, queloide, lombalgia, epicondilite entre outros.

Moxabustão - Técnica chinesa que usa um bastão aceso de erva de artemísia. O calor é extremamente penetrante nas agulhas de acupuntura facilitando a absorção e gerando alívio imediato. A erva de artemísia é um poderoso anti-inflamatório e descongestionante.

Serviço para sindicalizados, pensionistas e dependentes

Atendimento: de segunda à sexta-feira, de 9h às 15h. Agendamento: ligar para (21) 2215-2443 e marcar a hora. Preço: a consulta custa R\$ 15 para sindicalizados. Duração: de 40 minutos a 1 hora.

Primeira consulta: É feita avaliação do problema para definir qual o tratamento mais adequado.

A PRIMEIRA VÍTIMA NO
CONFLITO DA LÍBIA...



TRE-RJ Níveis Médio e Superior

Coord. Bruno Rossato

Sempre aprovamos os primeiros colocados.

TI Tecnologia da Informação

Coord. Frederico Sauer DSc.

Corpo docente exclusivo na área de concursos. Inúmeros resultados.

ENGENHARIA

Coord. Frederico Sauer DSc.

O melhor corpo docente do Rio de Janeiro.

Turma Plus 0 Básico para Vencer*

Coord. Bruno Rossato

O melhor corpo docente do Rio de Janeiro.

*Área de tribunais

INSTITUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Equipe de excelência

**Alexandre Luz / Laércio Ribeiro
Lilian Furtado**

PÓS-GRADUAÇÃO

Parceria

UCAM

(Universidade Cândido Mendes)

OUTROS CURSOS

**TRIBUNAIS / BACEN / BNDES
AGÊNCIAS / PETROBAS
TRT / MPE / BB / CEF**

ALGUNS DE NOSSOS APROVADOS

TCM 2011

3º lugar (TI); 11º e 15º (Téc. Controle externo)
São da família Multiplus!

TRE 2007 - Analista Administrativo

1º, 2º, 3º lugar
Mais 18 Aprovados são da família Multiplus!

BNDES 2010 - Analista de Sistemas

1º, 2º, 4º, 5º e 7º lugar
Mais 23 Aprovados são da família Multiplus!

MPU 2010 - Analista de Informática

1º, 2º, 3º e 5º lugar
Mais 9 Aprovados são da família Multiplus!

ELETRÓBRÁS 2010 - Analista de Sistemas

1º lugar (Processos de Negócio);
1º lugar (Infraestrutura) e 4º lugar (Funcional).
Mais 14 Aprovados são da família Multiplus!

BB COBRA 2010 - Analista de Sistemas

1º e 2º lugar - São da família Multiplus!
Nossos resultados falam por si sós!

**”A vontade de se preparar tem que ser maior do que a
vontade de vencer. Vencer será consequência da boa preparação.”**

Bernardinho de Volei

20% de desconto para sindicalizados do SISEJUFE e seus dependentes.

Av. Calógeras, 6B - Sobreloja (Esquina com Av. Presidente Wilson) - Centro - RJ
Tels.: 2533-0520 / 2524-4137 - www.cursomultiplus.com.br



twitter: [curso_multiplus](https://twitter.com/curso_multiplus)



facebook: [curso_multiplus](https://facebook.com/curso_multiplus)

VESTIBULAR
2011.2
VAGAS ABERTAS



Curta nossa página
no FACEBOOK!



Siga a UniCarioca
no TWITTER



Assista à UniCarioca
no YOUTUBE

SISEJUFE FECHA NOVO CONVÊNIO COM A UNICARIOCA.

Conheça nossos cursos nas áreas de Tecnologia, Gestão, Design e Comunicação:

Administração

Análise de Sistemas

Ciência da Computação

Ciências Contábeis

Comunicação Social

Design

Gestão de RH

Gestão Ambiental

Marketing

Pedagogia

Segurança do Trabalho

Redes de Computadores

Mensalidades
a partir de

R\$ 299,*

Confira o desconto oferecido para funcionários,
sindicalizados e dependentes SISEJUFE!

unicarioca.edu.br 2563.1919

*Valor referente à mensalidade do curso de Pedagogia, na unidade Bento Ribeiro, turno noite.